



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 43, DE 2020

(n° 470/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

DESPACHO: CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 470

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

Os méritos do Senhor **ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de agosto de 2020.

Brasília, 10 de Agosto de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 534/2020/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/09/2020, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2101633** e o código CRC **8E8D0B46** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004379/2020-79

SEI nº 2101633

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA

CPF: 245.017.437-00

ID.: 2181558 IFP/RJ

1950 Filho de Celso Antonio de Souza e Silva e Maria Alice de Azevedo Teixeira de Souza e Silva, nasce em 16 de agosto de 1950 no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1973 Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes
1982 CAD-IRBr
2003 CAE-IRBr. Tese "Combate ao Terrorismo: a evolução do tratamento multilateral e os reflexos para o Brasil"

Cargos:

1976 Terceiro-secretário
1979 Segundo-secretário
1984 Primeiro-secretário, por merecimento
1989 Conselheiro, por merecimento
2004 Ministro de segunda classe, por merecimento
2010 Ministro de primeira classe, por merecimento
2015 Ministro de primeira classe do Quadro Especial

Funções:

1976 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1976-79 Departamento de Promoção Comercial, assistente
1976 Embaixada em Trípoli, terceiro-secretário em missão transitória
1979-1982 Consulado-Geral em Nova York, segundo-secretário
1982 Embaixada na Guatemala, segundo-secretário, encarregado de negócios em missão transitória
1982-1987 Embaixada em Assunção, segundo-secretário e primeiro-secretário
1987-90 Divisão de Política Financeira, assistente
1988-1989 Embaixada em Islamabad, primeiro-secretário, encarregado de negócios em missão transitória
1990-1993 Embaixada em Buenos Aires, conselheiro
1993-1997 Embaixada em Praga, conselheiro
1997-99 Divisão da Europa I, chefe
1999-2004 Departamento de Promoção Comercial, assessor
2003 134ª Assembleia Anual do Bureau International des Expositions, Paris, chefe da delegação
2004 Embaixada em Trípoli, conselheiro, encarregado de negócios em missão transitória
2004 Divisão de Feiras e Turismo, chefe
2004 135ª Assembleia Anual do Bureau International des Expositions, Paris, chefe da delegação
2004-08 Embaixada em Díli, embaixador
2008-12 Embaixada em Maputo, embaixador
2012-13 Presidência da República - SAC, assessor especial
2013-15 Ministério do Meio Ambiente, assessor especial
2015- Escritório de Representação no Rio de Janeiro
2015-2016 Embaixada em Brazzaville, encarregado de negócios, missão transitória
2016- Embaixada em Yangon, embaixador

Condecorações:

1991	Orden Nacional del Mérito, Paraguai, Oficial
1997	Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, Cavaleiro
1999	Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Cavaleiro
2007	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz
2008	Ordem do Mérito Judiciário Militar, Alta Distinção
2009	Medalha do Pacificador
2010	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FILIPINAS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE AS FILIPINAS

NOME OFICIAL:	República das Filipinas
GENTÍLICO:	filipino(a)
CAPITAL:	Manila
ÁREA:	300 mil km ²
POPULAÇÃO:	100,1 milhões

LÍNGUA OFICIAL:	Filipino (tagalog), inglês e línguas locais
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (81%), islamismo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	O congresso bicameral é composto pelo senado, (câmara alta), com membros eleitos para um mandato de seis anos, e pela Câmara dos Deputados (câmara baixa), com membros eleitos para um mandato de três anos.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Rodrigo Roa Duterte (desde 06/2016)
CHANCELER:	Teodoro Locsin Jr. (desde 17/10/2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US\$ 330,9 bilhões (2018)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US\$ 847,1 bilhões (2018)
PIB <i>PER CAPITA</i> (2018)	US\$ 3.102,7 (2018)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2018)	US\$ 8.951,1 (2018)
VARIAÇÃO DO PIB	6,2% (2018); 6,7% (2017); 6,9% (2016); 6,0% (2015); 6,1% (2014)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):	0,712 (106ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	69,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	98,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	5,3%
UNIDADE MONETÁRIA:	peso filipino (PHP)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:	Marichu Mauro (desde 25/04/2018)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 50 brasileiros residentes (estimativa pré-pandemia)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - FILIPINAS (US\$ mi) (Fonte: MEcon.)

Brasil → Filipinas	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Intercâmbio	244	730	615	874,4	1210,6	983,1	691,4	921,9
Exportações	244	394	321	576,4	880,4	728,6	443,4	655,0
Importações	528	336	294	298,4	330,2	254,4	248,0	266,9
Saldo	-39	58	26	278,4	550,2	474,1	195,4	388,1

APRESENTAÇÃO

A República das Filipinas é um país insular do Sudeste Asiático, formado por 7.641 ilhas agrupadas que totalizam aproximadamente 300 mil km². Sua população ultrapassou os 100 milhões de habitantes (12º país mais populoso do mundo) e está concentrada na ilha do Luzon, onde se localiza a capital, Manila. Sua localização geográfica torna o país palco de terremotos e tufões, mas também o dota de recursos naturais abundantes, colocando-o entre os países megadiversos.

A população tem origens étnicas diversas, como resultado de sucessivas ondas de povoação. O primeiro contato com os europeus deu-se em 1521, a que se seguiu a colonização espanhola. Uma revolta nativa, em 1898, resultou na proclamação da independência, logo frustrada pela anexação aos EUA. Em 1946, o país tornou-se independente.

PERFIS BIOGRÁFICOS

RODRIGO ROA DUTERTE

Presidente



Nasceu em 1945. Graduiu-se em Ciência Política, em 1968, e em Direito, em 1972, após o que passou a atuar como assistente de promotor na cidade de Davao, cargo que ocupou até 1986. Com a redemocratização do país, assumiu a Vice-Prefeitura de Davao como oficial encarregado. Foi prefeito da mesma cidade entre 1988 e 1998 e, após interstício como congressista, retornou à Prefeitura em 2001. Em 2010, tornou-se vice-prefeito durante o mandato de sua filha, Sara Duterte. Em 2013, concorreu novamente ao cargo e venceu as eleições. Foi eleito presidente em 2016, recebendo 39% dos votos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Estabelecidas em 1946, as relações diplomáticas entre o Brasil e as Filipinas são as mais antigas do Brasil com país do Sudeste Asiático. A Embaixada das Filipinas em Brasília foi inaugurada em 1965, ao passo que o Brasil instalou sua representação diplomática em Manila em 1970.

Ao longo desse período, foi realizado número significativo de visitas filipinas de alto nível. A última visita presidencial filipina ocorreu em 2009, ano em que esteve no Brasil a então presidente Gloria Macapagal Arroyo. Em nível ministerial, estiveram no País, em 2017, o secretário (cargo equivalente ao de ministro) de Agricultura, Emmanuel Piñol; em 2013, o então secretário de Reforma Agrária, Virgilio de los Reyes, e a então secretária de Bem-Estar Social, Corazon Juliano-Soliman; e, em 2011, o então secretário de Negócios Estrangeiros, Albert del Rosario.

Do lado brasileiro, a última visita de alto nível ocorreu em 1979, ano em que o então ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, fez visita a Manila.

Os dois países possuem, em vigor, acordos bilaterais sobre cooperação técnica, dupla tributação, cooperação agrícola, cooperação em reforma agrária, treinamento de diplomatas e dispensa parcial de vistos.

Em 2006, foi estabelecido mecanismo de consultas entre os dois países, com vistas à realização periódica de reunião de alto nível sobre temas relevantes da agenda bilateral e internacional. A mais recente edição das consultas ocorreu em 2018, em Manila, oportunidade em que foram discutidas possibilidades de cooperação em áreas como agricultura, combate a ilícitos transnacionais e defesa.

O relacionamento bilateral conta, ainda, com vertente parlamentar. No Brasil, foi estabelecido, pela Resolução 13/1996, o Grupo Parlamentar Brasil-República das Filipinas, cujo presidente, na atual legislatura, é o deputado federal Loester Trutis.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente nas Filipinas é estimada em 50 pessoas (dados pré-pandemia).

Pandemia de COVID-19

Após complexa e exitosa operação, que envolveu a contratação de voos fretados para recolher 29 nacionais em sete localidades do arquipélago filipino (Siargao, Dipolog, Dumaguete, Cebu, Bohol, Boracay e Puerto Princesa), o Itamaraty logrou, por intermédio da Embaixada em Manila, repatriar, em 11 de abril de 2020, um total de 34 brasileiros que se encontravam retidos nas Filipinas, em meio à pandemia de COVID-19 e a medidas de confinamento impostas pelas autoridades locais.

No país, o primeiro caso de COVID-19 foi registrado em 30 de janeiro de 2020, e em 7 de março confirmou-se que já havia contágio comunitário. No dia 14 de maio, haviam sido registrados 11.876 casos da doença, com 790 mortes. Houve *lockdown* na região metropolitana de Manila, que também atinge a província de Laguna e a cidade de Cebu. As demais regiões do país, consideradas de moderado e baixo risco, estiveram sujeitas a restrições mais brandas. Diante da redução de 0,2% no PIB no primeiro trimestre de 2020, a primeira contração registrada desde 1998, o governo anunciou um pacote destinado a reverter essa tendência, com medidas concentradas em estímulo a obras de infraestrutura (programa *Build, build, build*). Mesmo assim, a previsão é de que o PIB, em 2020, se veja reduzido entre 2% e 3%.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito com apoio oficial a exportações para as Filipinas no âmbito da CAMEX/COFIG.

POLÍTICA INTERNA

As Filipinas são uma das democracias mais antigas da Ásia, tendo enfrentado, não obstante, longo período de exceção sob Ferdinand Marcos (1965-1986). A queda de Marcos e a ascensão à Presidência, em 1986, de Corazon Aquino, viúva de senador de oposição assassinado três anos antes, resultou na ratificação da Constituição de 1987, ainda em vigor. A política doméstica é caracterizada pela relativa inexpressividade de partidos políticos face a lideranças carismáticas.

O Poder Legislativo é caracterizado por Congresso bicameral. Além da elaboração e aprovação de leis, é prerrogativa do Congresso, entre outras, cancelar ou rejeitar nomeações feitas pelo Executivo. O Senado, que serve como câmara alta, é composto por 24 senadores, eleitos para mandatos de seis anos em eleições intercaladas (a cada três anos, apenas doze assentos entram em disputa). O presidente do Senado é o terceiro na linha sucessória, após o vice-presidente da República. Há limite de dois mandatos consecutivos.

A Câmara dos Deputados, a câmara baixa, é hoje composta por 304 parlamentares, 243 eleitos por voto distrital e 61, mediante listas partidárias. Tal composição, contudo, é variável - estipula-se que no máximo 250 parlamentares sejam eleitos por voto distrital, bem como limita-se o número de assentos destinados à lista partidária a 20% do total de assentos da Câmara.

O poder Judiciário tem sua autoridade máxima no Supremo Tribunal de Justiça, composto por um Chefe de Justiça, que o preside, e quatorze juízes associados, nomeados pelo presidente por meio de candidaturas apresentadas pelo Conselho Judicial.

O chefe do Executivo é eleito para mandato de seis anos, por voto direto, sem direito à reeleição. Eleito com vantagem expressiva em 2016, o presidente Rodrigo Duterte mantém expressivos índices de aprovação. A chamada "guerra às drogas", uma das bandeiras da atual administração, conta com o apoio do cidadão médio, mas encontra críticos vocais na oposição política, na Igreja Católica e nos ativistas de direitos humanos.

O “clã” Duterte tem seu reduto em Mindanao, situada no sul do país. Trata-se da mais pobre região das Filipinas, onde se concentra a maior parte dos dez milhões de muçulmanos filipinos, denominados “moros”. Grupos armados "moros", comunistas e jihadistas atuavam há décadas na região, com demandas diversas e conflitos periódicos. O combate ao extremismo violento e ao terrorismo é uma das prioridades do presidente Duterte, especialmente após a ocupação da cidade de Marawi por simpatizantes do autodenominado Estado Islâmico em 2017. Sob a Lei Marcial e após cinco meses de conflito armado, a cidade foi retomada pelo governo e está em fase de reconstrução. O fortalecimento da autonomia de Mindanao é o principal elemento do acordo de paz assinado pelo governo com a Frente Islâmica de Libertação Moro em 2014, e concretizado por meio da aprovação da Lei Básica de Bangsamoro (BBF) pelo Legislativo em 2018, referendada pela população da região em 2019.

Alterações à conformação política filipina poderão decorrer de debates sobre a adoção de nova Constituição, que substituiria o texto de 1987. Proposta elaborada por comissão de juristas e parlamentares convocada por Duterte, que servirá de base para discussão no Congresso, prevê a adoção do federalismo e reformas político-eleitorais, incluindo medidas para fortalecer os partidos e mitigar a concentração de poder em “dinastias”. O mandato presidencial, atualmente de seis anos sem direito a reeleição, seria modificado para quatro anos com uma reeleição.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa filipina tem sido pautada pelas agendas de segurança nacional, diplomacia econômica e proteção dos trabalhadores migrantes no exterior. A tradicional proximidade com os Estados Unidos alterna-se com momentos de aproximação pendular com a China e, no contexto regional, com a preeminência da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual as Filipinas são membro-fundador.

Nos últimos anos, as Filipinas também diversificaram suas relações na Europa, Oriente Médio e restante da Ásia-Pacífico. Embora a figura do presidente Duterte polarize opiniões, observa-se, em geral, uma postura pragmática dos parceiros externos quanto ao país. Na esfera multilateral, o governo filipino permanece engajado nas temáticas de combate ao terrorismo, comércio, direitos dos migrantes e meio ambiente.

Os Estados Unidos ocupam papel particular no imaginário filipino, pelo ambivalente legado de modernização e destruição deixado pelo domínio exercido entre 1898 e 1946. O tratado de defesa mútua remonta a 1952, complementado por outros acordos posteriores. Os Estados Unidos mantiveram bases permanentes nas Filipinas até 1992 e, desde então, colaboram com treinamento e ações de contraterrorismo. As Filipinas adquiriram status de *major non-NATO ally* em 2003.

As relações do governo Duterte com a administração de Barack Obama foram marcadas por desentendimentos em torno da política filipina de "guerra às drogas", agravados pelas divergências de estilo pessoal entre os mandatários. A maior afinidade demonstrada entre Duterte e Donald Trump distendeu parcialmente as relações a partir de 2017. Os presidentes encontraram-se à margem da Cúpula da ASEAN em Manila, em novembro de 2017, e o chanceler Cayetano foi recebido por seu homólogo, Mike Pompeo, em Washington, em junho de 2018.

As relações com a China são importantes para as elites econômicas das Filipinas, onde sobressaem, tradicionalmente, filipinos de ascendência chinesa. Tal fato influencia a receptividade aos investimentos chineses. Revertendo a posição de seu antecessor, o presidente Duterte reforçou as relações com Pequim nos campos político e econômico, com repercussões ambivalentes junto à opinião pública local. Os presidentes Duterte e Xi Jinping encontraram-se em várias ocasiões, sendo a mais recente na China, à margem do Fórum Boao, em abril de 2018.

A questão do Mar do Sul da China tem importância estratégica para as Filipinas, tanto em termos de estabilidade regional quanto pelo potencial de exploração dos recursos naturais. Caso internacional aberto pelo governo de Benigno Aquino III contra Pequim, a questão culminou em laudo da Corte Permanente de Arbitragem, segundo o qual diversas formações naturais reivindicadas pela China – inclusive Reed Bank, rico em hidrocarbonetos –, fazem parte da Zona Econômica Exclusiva filipina. Último trunfo da política de multilateralização do tema sob a gestão anterior, o documento foi deixado em segundo plano pelo governo Duterte, que tem priorizado o tratamento bilateral do assunto.

As disputas relativas ao Mar do Sul da China são igualmente objeto de tratativas no âmbito da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que, além das Filipinas, tem entre seus membros outros países com pendências lindeiras junto a Pequim, como a Malásia e o Vietnã. É no campo econômico, contudo, que a ASEAN é particularmente central à inserção internacional filipina, por facultar ao país acesso à ampla rede de acordos de comércio e investimentos mantidos pelo bloco.

O Japão é um dos principais parceiros comerciais e fontes de investimentos, além de maior provedor às Filipinas de assistência oficial ao desenvolvimento. Os dois países mantêm Acordo de Parceria Econômica desde 2006. Ao compartilhar preocupações com a estabilidade das águas regionais, o Japão contribui com o fortalecimento da Guarda Costeira filipina e coopera em atividades

de contraterrorismo. Se os Estados Unidos e a China são os dois polos da diplomacia pendular filipina, o Japão é um terceiro elemento que ocupa espaços deixados pelas grandes potências.

A Rússia é outro ator de relevo geopolítico para as Filipinas. O presidente Duterte tem realizado gestos de aproximação desde sua posse, sem ocultar sua admiração pessoal por Vladimir Putin nem seu intuito de utilizar a aliança com a Rússia como contraponto às potências ocidentais. Nesse contexto, destaca-se o potencial de cooperação na área de defesa e de fornecimento de armamentos russos.

A Coreia do Sul é importante parceiro econômico-comercial. No âmbito político, as Filipinas apoiam a aproximação entre as duas Coreias e a atuação dos Estados Unidos em prol da desnuclearização da Península Coreana.

As relações das Filipinas com os países europeus e a União Europeia ficaram mais complexas durante o governo Duterte. Apesar do descompasso político, que responde aos anseios da opinião pública de parte a parte com relação à política filipina de “Guerra às Drogas”, os países europeus permanecem relevantes para as Filipinas na arena econômico-comercial. Entrou em vigor, em 1º de junho de 2018, o Acordo de Livre-Comércio Filipinas – EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça), assinado em 2016. Encontra-se em negociação, ainda, acordo de livre-comércio entre as Filipinas e a União Europeia. Além disso, quase um milhão de filipinos residem na Europa.

A proteção das comunidades no exterior é bandeira tradicional da diplomacia filipina e constitui importante pauta bilateral com os países de destino. Cerca de 10 milhões de filipinos residem no exterior, sendo mais de 2,3 milhões na categoria de *Overseas Filipino Workers (OFW)*, que concentra ocupações de menor qualificação. Em 2019, o Banco Central filipino registrou US\$ 30,1 bilhões em remessas recebidas. Estados Unidos, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Malásia, Canadá e Austrália são os principais destinos dos migrantes filipinos.

Nos países do Golfo, o perfil dos *OFWs* e das sociedades recipiendárias tornam os filipinos especialmente vulneráveis a abusos. Os casos de violência contra empregadas domésticas e as operações de “resgate” consular foram o epicentro de crise diplomática com o Kuwait, ocorrida em 2018. A atuação do governo filipino e as histórias pessoais dos migrantes têm grande repercussão na opinião pública local.

As Filipinas são membro fundador das Nações Unidas e ocuparam assento não-permanente no Conselho de Segurança (CSNU) em quatro ocasiões, sendo a última em 2004-2005. O país apoia o pleito brasileiro de tornar-se membro permanente do CSNU e mantém arranjo de troca de votos para as respectivas candidaturas rotativas ao órgão, mandatos 2022-2023 (Brasil) e 2027-2028 (Filipinas).

No Conselho de Direitos Humanos, as Filipinas exerceram mandato entre 2015 e 2018 e foram reeleitas ao mandato 2019-2021. Na última Revisão Universal Periódica sobre o país, em setembro de 2017, as Filipinas enfrentaram

críticas quanto a violações cometidas no contexto da "guerra às drogas" e ao tratamento conferido aos ativistas de direitos humanos, entre outras. O governo acatou 103 das 257 recomendações do documento, principalmente em temas socioeconômicos (família, pobreza, saúde, educação e mudança do clima).

Em contraste com a posição assumida no CDH, as Filipinas optaram por deixar o Tribunal Penal Internacional em março de 2018. No mês anterior, promotora do TPI, Fatou Bensouda, anunciara o início de exame preliminar sobre a situação das Filipinas. O presidente Duterte argumentou que as ações executadas no âmbito da "guerra às drogas" são operações policiais legítimas e não se confundem com os crimes sob a jurisdição do TPI. Sob o pretexto de que a adesão filipina ao Estatuto de Roma fora "fraudulenta", o mandatário decidiu abandonar o TPI "com efeito imediato". A saída somente se concretizou em março de 2019, um ano após o anúncio, de acordo com as regras do Tribunal.

As Filipinas têm defendido, em diálogos bilaterais e multilaterais, o combate ao extremismo violento, ao terrorismo e à pirataria. A Noruega atua como facilitadora, há mais de 15 anos, do processo de paz entre o governo filipino e o grupo armado maoísta *New People's Army*. No tocante aos simpatizantes do autodenominado Estado Islâmico, responsáveis pelo cerco à cidade de Marawi, o governo filipino atuou em duas frentes: repelir novas ameaças, inclusive por meio de aquisições de equipamentos e cooperação militar; e atrair fundos internacionais para a reconstrução e desenvolvimento da região. A concessão de autonomia regional a territórios de maioria muçulmana no sul do país, em 2019, tende a diminuir o apoio a iniciativas de caráter separatista e fundamentalista.

Em relação ao meio ambiente, as Filipinas fazem, como o Brasil, parte do Grupo de Países Megadiversos, que congrega países em desenvolvimento que abrigam mais de 70% da biodiversidade do planeta. No âmbito da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (*UNFCCC*), as Filipinas ratificaram o Acordo de Paris em março de 2017.

Na área de energia, quase 75% da eletricidade gerada nas Filipinas é proveniente de fontes não-renováveis, com custos elevados e dificuldades de acesso para a população. O país introduziu incentivos a fontes de energia limpa em sua recente reforma tributária e faz parte, como o Brasil, da Plataforma para o Biofuturo.

As Filipinas sediam o Banco Asiático de Desenvolvimento (*ADB*), instituição com 68 Estados-membros e foco nas áreas de infraestrutura, educação, meio ambiente, cooperação regional e articulação do setor financeiro. O país defende a reforma das instituições financeiras internacionais, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB das Filipinas cresce à taxa anual média de 6,6% desde 2012. Analistas estimavam que esse ritmo seria mantido entre 6,5% e 7% até 2022, enquanto o governo buscava atingir taxas entre 7% e 8% no período. Esperava-se, portanto, que no médio prazo o país superasse o nível de renda média-baixa e seguisse diminuindo o hiato entre seu nível de desenvolvimento e o de seus vizinhos, que aumentara nas últimas décadas. Estes cenários estão sendo reavaliados em decorrência da pandemia.

Na análise setorial, destaca-se a indústria, que, responsável por 30% da produção, cresceu a taxas próximas de 8%. Os serviços, que contribuem com 60%, tiveram incremento de 6,8%. Já a agricultura, embora tenha crescido apenas 4%, representa somente 10% do PIB.

Estudos apontam a desaceleração do setor de terceirização, que representara importante fonte de crescimento em anos anteriores. A partir de 2017, a construção civil e os investimentos em infraestrutura assumiram esse papel. Com o programa "Build, Build, Build", o governo planeja completar 75 grandes projetos até 2022, no valor de US\$ 160 bilhões.

Nesse cenário de demanda aquecida, a inflação se aproximou nos últimos anos do patamar de 5%. Além da alta nos preços dos alimentos, estimulou a inflação o primeiro pacote da reforma fiscal encampado pelo governo, que, embora tenha adotado estrutura mais progressiva na tributação da renda, aumentou impostos sobre bens de consumo. O aumento da arrecadação e das taxas de juros efetivamente contribuíram para uma reversão na tendência, e a inflação registrada em 2019 foi de 2,5%.

No que se refere ao comércio bilateral, as trocas entre o Brasil e as Filipinas atingiram pico de crescimento no valor de US\$ 1,2 bilhão em 2013, montante que se retraiu até 2016, em função da queda das exportações brasileiras de minério de ferro, motivada pelo fim da operação da Vale em Subic Bay, que se destinava ao transbordo do produto. A pauta exportadora brasileira é concentrada em minérios, produto seguido de carnes e combustíveis. As importações das Filipinas para o Brasil foram principalmente de bens industrializados. Em 2019, o comércio entre os dois países totalizou US\$ 921 milhões, dos quais US\$ 655 milhões corresponderam a exportações brasileiras e US\$ 266 milhões, a importações daquele país asiático.

Em 2017, a Embraer venceu licitação para fornecimento de seis Super Tucanos à Força Aérea Filipina. No âmbito da segunda fase do programa de modernização das Forças Armadas filipinas, mantidas as previsões de gastos de US\$ 5,6 bilhões até 2022, estima-se haver potencial para novos negócios para a indústria brasileira de defesa.

Cenário positivo se desenha para as exportações de carnes do Brasil para as Filipinas, que em 2019 atingiram US\$139 milhões. No final daquele ano, realizou-se missão de inspeção ao Brasil de técnicos do Departamento de Agricultura (DA)

filipino, cujos resultados foram divulgados em maio de 2020. Todos os 24 estabelecimentos visitados no Brasil foram aprovados (habilitados ou revalidados) para exportação de carnes bovinas, de aves e suínas, e as habilitações são válidas até abril de 2023. No total, há atualmente 66 estabelecimentos brasileiros habilitados. O DA reconhece o Brasil como país livre de febre aftosa com vacinação, com a exceção do estado de Santa Catarina, livre de febre aftosa sem vacinação. Não obstante, permanecem restrições para exportação de alguns tipos específicos de carne bovina (cabeça e pescoço).

Ainda na área comercial, o cruzamento de pautas de comércio indica potencial de incremento de exportação de medicamentos do Brasil para as Filipinas. Autoridades do governo filipino já manifestaram interesse em diversificar os fornecedores de medicamentos para o país, ocasiões nas quais costumam mencionar Índia, Paquistão e China.

Sobre investimentos das Filipinas no Brasil, ressalte-se que a empresa Tecon Suape SA, subsidiária da *International Container Terminal Services Inc. (ICTSI)*, daquele país, opera terminal de contêineres situado no Porto de Suape, em Pernambuco. Ao vencer licitação em 2011, a *ICTSI* obteve o direito de exercer a atividade por trinta anos.

Do lado brasileiro, a Vale fechou seu escritório em Manila, em decorrência da perda de relevância do transbordo de minério de ferro no porto de Subic Bay com destino à China. Atualmente, a principal atividade da empresa nas Filipinas é a exportação desse produto brasileiro para usina peletizadora em Mindanao, sul do país.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1521	Chegada de Fernão de Magalhães à ilha de Cebu, nas atuais Filipinas, em sua viagem de circunavegação (abril)
1521-1898	Domínio espanhol
1896	Início da Revolução Filipina.
1898	Tratado de Paris finaliza a Guerra Espanha-EUA; transferência do domínio colonial sobre as Filipinas para os EUA.
1898	Proclamação da Independência por Emilio Aguinaldo, em 12 de junho (data nacional): início da I República filipina. Guerra com os EUA.
1902	Final da Guerra e consolidação do domínio colonial dos EUA
1942-44	Ocupação japonesa
1946	Concessão da Independência pelos EUA, em 4 de julho
1951	Acordo de Paz assinado com o Japão
1965	Ferdinando Marcos torna-se Presidente
1973	Nova Constituição confere a Marcos poderes absolutos
1986	Protestos populares põem fim à ditadura Marcos. Corazón Aquino torna-se Presidente
1992	Fidel Ramos vence as eleições presidenciais. Os EUA fecham a Base Naval de Subic Bay
1996	Acordo de Paz entre o Governo e a Frente Moro de Libertação Nacional, que luta por autonomia para as regiões habitadas por muçulmanos
1998	Joseph Estrada é eleito Presidente
2001	Estrada é deposto, após protestos populares. Gloria Arroyo assume a Presidência (janeiro)
2002	Assinatura do “Mutual Logistics Support Agreement (MLSA)” com os EUA restabelece a presença militar norte-americana, sob novos princípios

2004	Gloria Arroyo vence as eleições presidenciais (junho)
2006	Tentativa de “impeachment” contra a Presidente Arroyo (agosto)
2007	O senador Trillanes, já detido por insurreição, e alguns militares burlam a vigilância durante audiência judicial e refugiam-se em hotel de luxo, em Manila, em protesto contra o governo. São desalojados posteriormente.
2008	Acordo com a Frente Moro é prejudicado em razão de crescentes protestos de comunidades cristãs. A retomada dos conflitos na ilha de Mindanao resultou na morte de 30 pessoas (agosto).
2009	Funcionários da Cruz Vermelha são sequestrados. O grupo terrorista Abu Sayyaf é acusado da autoria do delito (janeiro)
2010	Eleições presidenciais; vitória de Benigno S Aquino III (maio)
2011	Em meio a acusações de fraude eleitoral, é emitido mandado de prisão contra a ex-Presidente Gloria Arroyo
2012	Aumento das tensões com a China por disputas de territórios marítimos. Firmado acordo com a Frente Moro de Libertação Nacional, que prevê o estabelecimento de nova região autônoma na ilha de Mindanao (outubro). Ex-Presidente Gloria Arroyo é presa por desvio de fundos públicos (outubro).
2014	Assinatura de novo acordo de paz com a Frente Moro
2016	Eleição de Rodrigo Duterte (maio)
2016	Tribunal arbitral constituído sob o Anexo VII da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar decidiu contra as reivindicações marítimas feitas pela China em sua disputa com as Filipinas (julho)
2019	Concessão de autonomia para algumas regiões de Mindanao de maioria muçulmana, principal reivindicação da Frente Moro, aprovada por plebiscito. Parlamento autônomo de Bangsamoro estabelecido.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1946	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Filipinas
1960	Visita ao Brasil do então vice-presidente Diosdado Macapagal
1965	Abertura da Embaixada das Filipinas em Brasília
1970	Abertura da Embaixada do Brasil em Manila
1979	Visita a Manila do ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki
2003	Visita ao Brasil do vice-ministro de Reforma Agrária das Filipinas, Jose Mari Ponce
2005	Visita às Filipinas do embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro, na qualidade de enviado especial do senhor presidente da República
2006	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente Angelo Reyes, para participar da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica
2006	Visita ao Brasil do ministro da Reforma Agrária, Nasser C. Pangandaman, para participar da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (março)
2006	Visita ao Brasil do ministro da Agricultura das Filipinas, Domingo Panaganiban, por ocasião de Encontro de Alto Nível do G-20 agrícola (setembro)
2007	Visita do Secretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Alberto Romulo, para participar da III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL)
2008	Visita ao Brasil da ministra do Bem-Estar Social e Desenvolvimento, Esperanza Cabral, para participar do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
2008	Visita ao Brasil do subsecretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Edsel T. Custodio, como chefe da delegação filipina à I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN
2009	Visita ao Brasil da presidente Gloria Arroyo
2009	I Reunião de Consultas Bilaterais, em Manila (setembro)

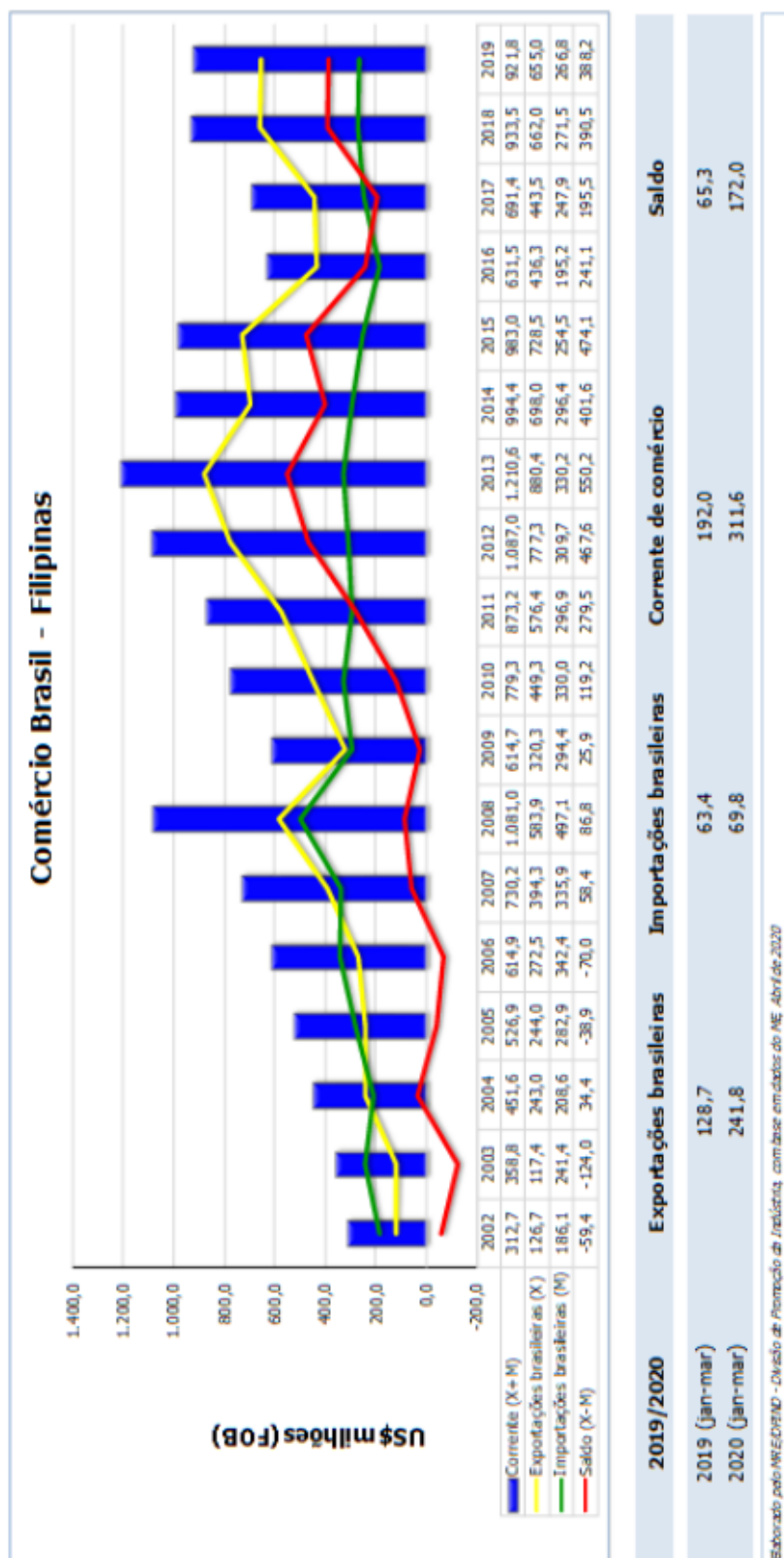
2011	Visita do Secretário (Ministro) de Negócios Estrangeiros, Albert del Rosario, ao Brasil (22 e 23 de agosto)
2012	Participação do ministro do Planejamento, Arsenio Balisacan, na Conferência Rio+20
2012	II Reunião de Consultas Bilaterais, em Brasília (outubro)
2013	Visita ao Brasil do secretário (ministro) da Reforma Agrária, Virgilio de los Reyes, e da secretária (ministra) do Bem Estar Social, Corazon Juliano-Soliman
2014	III Reunião de Consultas Bilaterais, em Brasília (agosto)
2018	IV Reunião de Consultas Bilaterais, em Manila (setembro)

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes entre a República Federativa de Brasil e a República das Filipinas	25/10/1973	03/12/1973	03/12/1973
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a República Federativa do Brasil e a República das Filipinas.	29/09/1983	20/08/1991	28/10/1991
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Bilaterais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas	20/09/2006	20/09/2006	27/09/2006

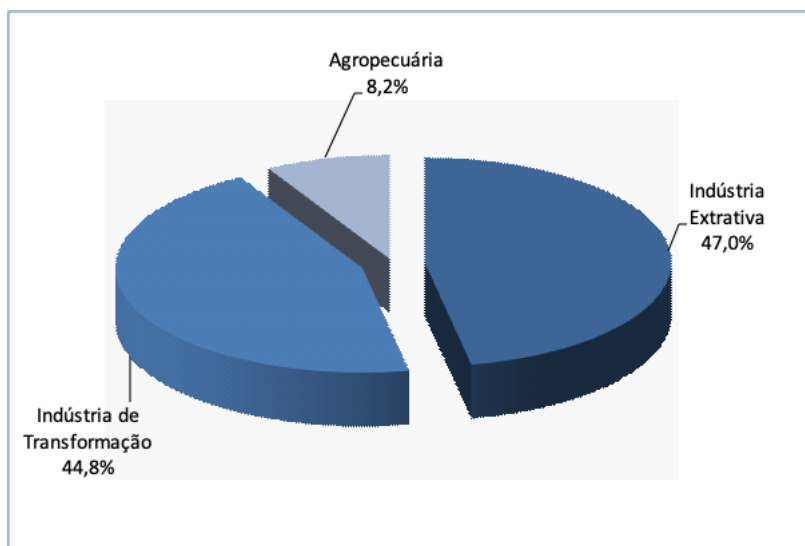
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	24/06/2009	12/09/2011	24/09/2014
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Exterior da República das Filipinas sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	25/08/2014	03/09/2014	03/09/2014

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

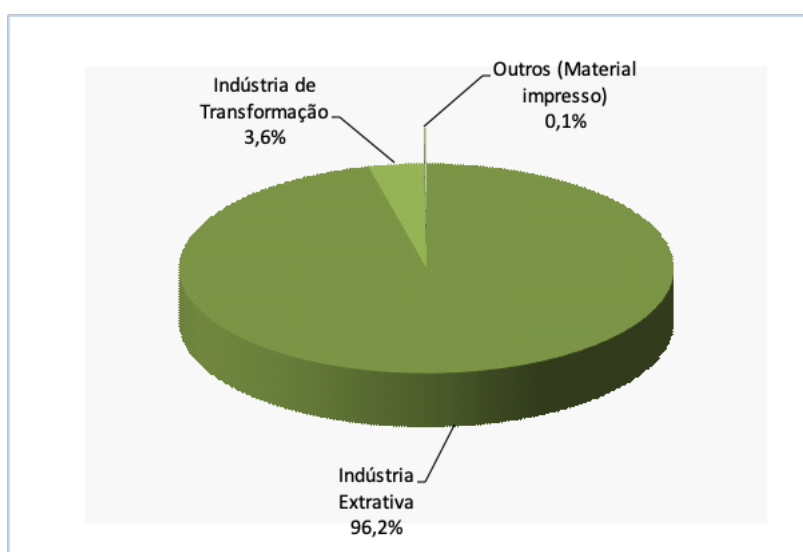


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019**

Exportações



Importações



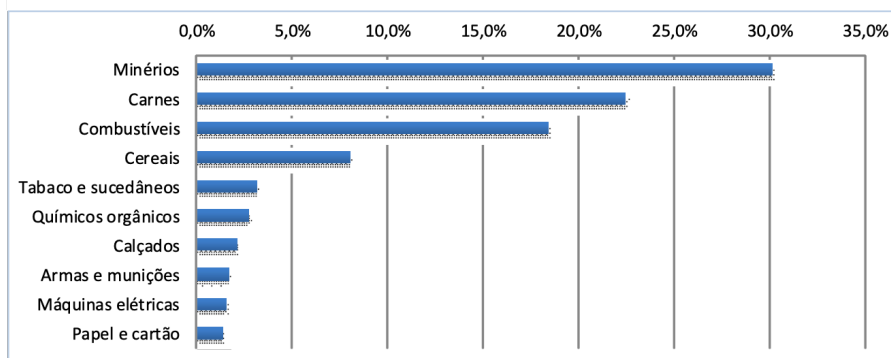
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020

Composição das exportações brasileiras para a Filipinas
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios	267,0	60,2%	355,5	53,7%	197,3	30,1%
Carnes	50,0	11,3%	131,3	19,8%	147,1	22,5%
Combustíveis	0,0	0,0%	3,8	0,6%	120,8	18,4%
Cereais	5,5	1,2%	22,5	3,4%	52,7	8,0%
Tabaco e sucedâneos	13,1	2,9%	23,1	3,5%	20,8	3,2%
Químicos orgânicos	15,2	3,4%	15,9	2,4%	17,9	2,7%
Calçados	15,3	3,5%	15,1	2,3%	13,9	2,1%
Armas e munições	9,2	2,1%	12,2	1,8%	11,2	1,7%
Máquinas elétricas	2,4	0,5%	4,0	0,6%	10,3	1,6%
Papel e cartão	3,1	0,7%	4,3	0,6%	9,2	1,4%
Subtotal	380,8	85,9%	587,8	88,8%	601,0	91,8%
Outros	62,7	14,1%	74,2	11,2%	54,0	8,2%
Total	443,5	100,0%	662,0	100,0%	655,0	100,0%

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

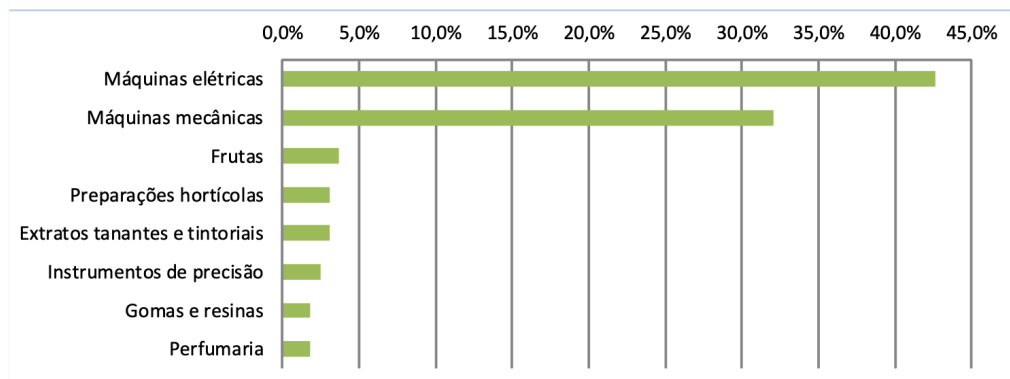


Composição das importações brasileiras originárias da Filipinas
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	98,0	39,5%	115,4	42,5%	113,8	42,7%
Máquinas mecânicas	80,8	32,6%	86,6	31,9%	85,6	32,1%
Frutas	8,9	3,6%	10,7	3,9%	9,7	3,6%
Preparações hortícolas	9,5	3,8%	9,9	3,6%	8,2	3,1%
Extratos tanantes e tintoriais	0,0	0,0%	2,1	0,8%	8,1	3,0%
Instrumentos de precisão	8,1	3,3%	8,4	3,1%	6,6	2,5%
Gomas e resinas	1,8	0,7%	3,0	1,1%	4,8	1,8%
Perfumaria	3,4	1,4%	4,4	1,6%	4,7	1,8%
Subtotal	210,5	84,9%	240,4	88,5%	241,5	90,5%
Outros	37,4	15,1%	31,1	11,5%	25,3	9,5%
Total	247,9	100,0%	271,5	100,0%	266,8	100,0%

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019

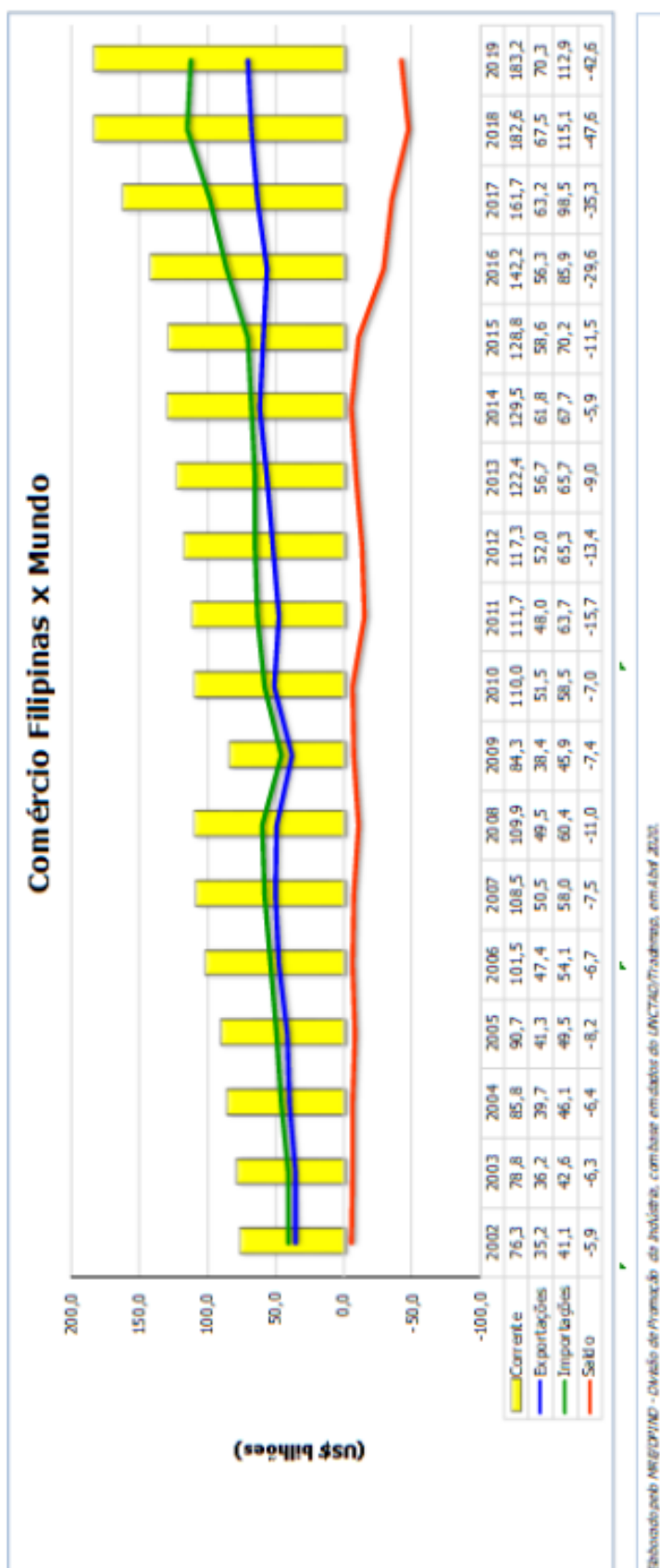


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 2 0 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020
Exportações					
Minérios	27,7	21,6%	85,3	35,3%	Minérios 35,3%
Carnes	30,0	23,3%	54,8	22,6%	Carnes 22,6%
Combustíveis	2,4	1,9%	50,2	20,7%	Combustíveis 20,7%
Tabaco e sucedâneos	5,2	4,0%	15,7	6,5%	Tabaco e sucedâneos 6,5%
Cereais	36,6	28,5%	5,9	2,4%	Cereais 2,4%
Químicos orgânicos	4,8	3,7%	5,2	2,2%	Químicos orgânicos 2,2%
Subtotal	106,7	82,9%	217,0	89,7%	
Outros	21,9	17,1%	24,8	10,3%	
Total	128,7	100,0%	241,8	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 2 0 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020
Importações					
Máquinas elétricas	28,6	45,2%	26,7	38,3%	Máquinas elétricas 38,3%
Máquinas mecânicas	18,6	29,3%	25,8	36,9%	Máquinas mecânicas 36,9%
Extratos tanantes e tintoriais	2,0	3,1%	3,4	4,9%	Extratos tanantes e tintoriais 4,9%
Instrumentos de precisão	1,8	2,8%	1,8	2,6%	Instrumentos de precisão 2,6%
Frutas	3,3	5,2%	1,8	2,5%	Frutas 2,5%
Preparações hortícolas	2,3	3,7%	1,7	2,4%	Preparações hortícolas 2,4%
Gomas e resinas	0,9	1,5%	1,5	2,2%	Gomas e resinas 2,2%
Gorduras e óleos	0,6	1,0%	1,0	1,5%	Gorduras e óleos 1,5%
Subtotal	58,2	91,8%	63,7	91,3%	
Outros produtos	5,2	8,2%	6,1	8,7%	
Total	63,4	100,0%	69,8	100,0%	

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.

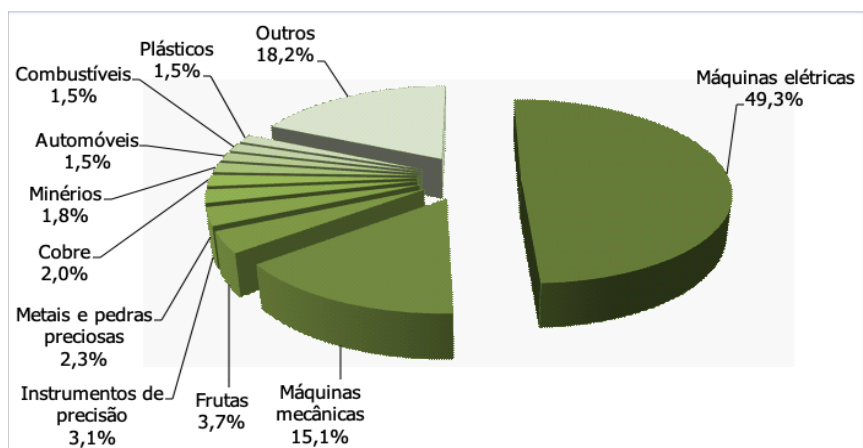


Composição das exportações das Filipinas
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Máquinas elétricas	34,69	49,3%
Máquinas mecânicas	10,62	15,1%
Frutas	2,60	3,7%
Instrumentos de precisão	2,21	3,1%
Metais e pedras preciosas	1,63	2,3%
Cobre	1,42	2,0%
Minérios	1,24	1,8%
Automóveis	1,06	1,5%
Combustíveis	1,04	1,5%
Plásticos	1,02	1,5%
Subtotal	57,53	81,8%
Outros	12,81	18,2%
Total	70,33	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais grupos de produtos exportados

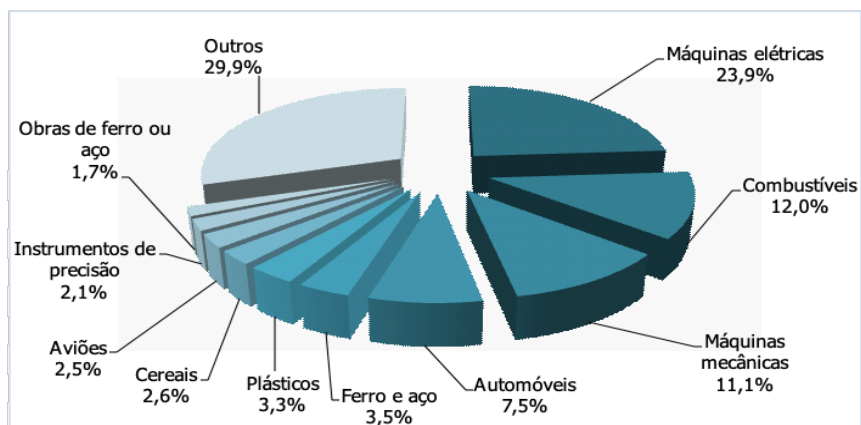


Composição das importações das Filipinas
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Máquinas elétricas	26,99	23,9%
Combustíveis	13,58	12,0%
Máquinas mecânicas	12,52	11,1%
Automóveis	8,48	7,5%
Ferro e aço	3,93	3,5%
Plásticos	3,71	3,3%
Cereais	2,89	2,6%
Aviões	2,79	2,5%
Instrumentos de precisão	2,36	2,1%
Obras de ferro ou aço	1,90	1,7%
Subtotal	79,16	70,1%
Outros	33,75	29,9%
Total	112,91	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais grupos de produtos importados



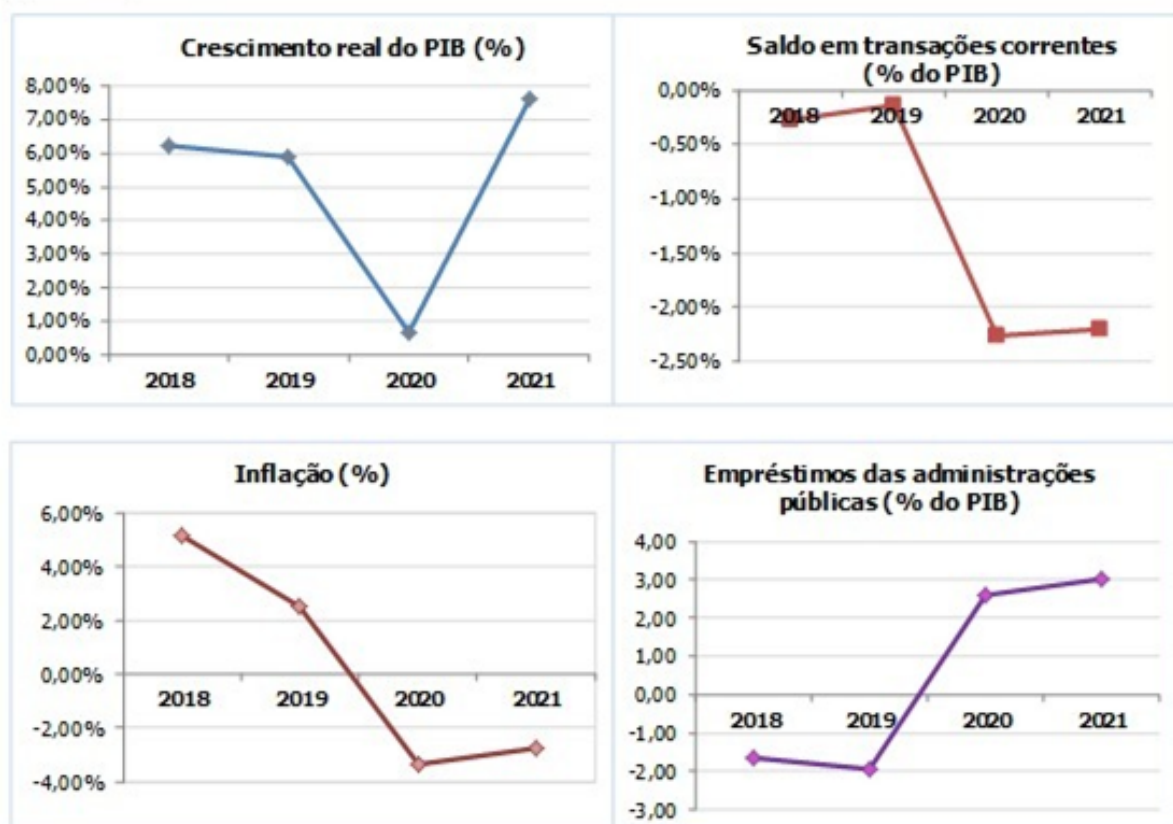
Principais indicadores socioeconômicos do Filipinas

Indicador	2018	2019	2020	2021
Crescimento real do PIB (%)	6,24%	5,91%	0,65%	7,62%
PIB PPP (US\$)	953,29	1.027,19	1.040,41	1.141,48
PIB PPP "per capita" (%)	4,6%	4,3%	-0,9%	5,9%
Empréstimos das administrações públicas (% do PIB)	-1,63	-1,93	2,60	3,00
Desemprego (%)	5,33%	5,08%	6,20%	5,25%
Inflação (%) ⁽²⁾	5,13%	2,52%	-3,36%	-2,72%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,27%	-0,13%	-2,26%	-2,21%
Dívida externa (US\$ bilhões)	80,90	53,44	53,82	54,38
Câmbio (P / US\$) ⁽²⁾	50,74	53,53	54,80	53,97

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2020, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Abril 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ILHAS MARSHALL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

(Junho de 2020)

SARP/DEJP/DAP

Sumário

DADOS BÁSICOS SOBRE AS ILHAS MARSHALL	3
---	---

PERFIL BIOGRÁFICO	4
RELAÇÕES BILATERAIS	6
POLÍTICA INTERNA.....	9
ECONOMIA	11
POLÍTICA EXTERNA.....	12

DADOS BÁSICOS SOBRE AS ILHAS MARSHALL	
NOME OFICIAL:	República das Ilhas Marshall
GENTÍLICO:	marshallês
CAPITAL:	Majuro
ÁREA:	181,3 km ²
POPULAÇÃO (2018):	58.413
GRUPOS ÉTNICOS:	marshallês (92,1%), marshallês mestiços (5,9%) e outros (2%)
LÍNGUAS OFICIAIS:	marshallês (oficial) e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	protestante (Assembleia de Deus), católica
SISTEMA POLÍTICO:	governo constitucional em livre associação com os EUA
CHEFE DE ESTADO:	Presidente David Kabua (<i>desde janeiro de 2020</i>)
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente David Kabua (<i>desde janeiro de 2020</i>)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Casten N. Nemra
PIB NOMINAL (2018):	US\$ 221,8 milhões (<i>Banco Mundial/2018</i>)
PIB PPP (2018):	US\$ 208 milhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2017):	US\$ 3.400
PIB PPP <i>per capita</i> (2018):	US\$ 4.870
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017/2018):	3,8%
IDH:	Não há dados.
EXPECTATIVA DE VIDA (2017):	73,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2011):	98,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2010):	11%

UNIDADE MONETÁRIA:	dólar americano
EMBAIXADOR EM MAJURO (cumulativa com Manila):	Rodrigo do Amaral Souza
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: MDIC/Ministério da Economia*
(obs: dados para 2018 não estão disponíveis na plataforma comexstat.mdic.gov.br)

BRASIL⇒ Marshall	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2019	2020 (JAN-MAI)
Intercâmbio	8,32	5,3	2,07	1,82	11,8	2,7	128,4	216,1	101,4
Exportações	8,16	4,6	1,92	1,7	11,3	2,6	128,2	215,8	101,4
Importações	0,16	0,7	0,15	0,5	0,5	0,1	0,2	0,3	0
Saldo	8,0	3,9	1,77	1,2	10,8	2,5	128,0	215,5	101,4

PERFIL BIOGRÁFICO

David Kabua
Presidente



David Kabua é o nono chefe de estado da história das Ilhas Marshall, empossado em 13 de janeiro de 2020. No sistema marshallês, cabe ao Legislativo (“Nitijela”), composto por 33 membros, escolher o presidente.

Nascido em 1951 e egresso da Universidade do Havaí (EUA), Kabua é filho do primeiro presidente marshallês após a independência do país, Amata Kabua. A partir de 2012, ocupou diversas pastas ministeriais no governo marshallês, especificamente as de Saúde (2012–14), do Interior (2014–15) e de Assistência ao Presidente, com funções de vice-presidente (2016–19).

No “Nitijela”, David Kabua é representante eleito do atol de Wotho, posição que ocupou pela primeira vez em 2008.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Ilhas Marshall estabeleceram relações diplomáticas por meio de comunicado conjunto subscrito em 27 de julho de 2010, em Nova York, pelos respectivos representantes permanentes junto às Nações Unidas. O esforço de aproximação com as Ilhas Marshall e as demais Ilhas do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, o embaixador Georges Lamazière conduziu a visita às Ilhas Marshall, que também passou por Micronésia e Palau.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o representante permanente das Ilhas Marshall junto à ONU, Phillip Muller, bem como os representantes permanentes de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu e Micronésia visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os representantes permanentes fizeram visita protocolar ao ministro de Estado interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras com outros chefes da casa. Como parte da programação, a delegação visitou ainda federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre 18 e 23 de junho de 2012, o presidente Christopher Loeak foi o primeiro chefe de governo das Ilhas Marshall a visitar o Brasil, por ocasião da Rio+20. O presidente das Ilhas Marshall não manteve encontros com autoridades brasileiras durante sua estadia no Rio de Janeiro.

No dia 22 de outubro de 2012, o embaixador George Ney Fernandes apresentou credenciais ao presidente das Ilhas Marshall, na qualidade de primeiro embaixador do Brasil (não residente) em Majuro. Nessa ocasião, houve pedido de apoio do Brasil à posição do país no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no que se refere aos efeitos ambientais decorrentes das explosões nucleares e da exposição à radiação. Na ocasião, o embaixador manteve audiência com a futura presidente Hilda C. Heine, quando era ministra da Educação. Da conversa, o embaixador relatou haver notado particular interesse daquela autoridade no programa Bolsa Família. Em dezembro de 2012, em resposta a informação recebida sobre o tema, Hilda Heine manifestou profundo agradecimento e intenção de criar um programa semelhante em seu país. Cogitou-se à época, inclusive, organizar viagem sua ao Brasil, para estudar "in loco" a execução do Bolsa Família.

Em junho de 2017, o embaixador Rodrigo do Amaral Souza apresentou cópia de suas cartas credenciais e das cartas revocatórias de seu antecessor ao

ministro interino de Negócios Estrangeiros Alfred Alfred Jr. Durante o encontro, o embaixador ressaltou, citando documento divulgado poucos meses antes pela Chancelaria marshallesa sobre a "Nova Política Externa" do país, que Brasil e Ilhas Marshall compartilham diversos princípios de atuação diplomática, a exemplo da não interferência em assuntos internos e do primado do multilateralismo e do Direito Internacional.

Assinalou a atuação protagonista do Brasil na área ambiental, tão cara aos pequenos estados insulares da região, nosso papel na negociação e organização da Rio 92 e da Rio + 20 e o apoio brasileiro ao Acordo de Paris, no âmbito da UNFCCC. Ao ouvir relato dos recentes desdobramentos de iniciativas tomadas por Marshall no âmbito da CIJ (ação contra os países nuclearmente armados) e do CDH (implicações em matéria de direitos humanos da gestão ambientalmente saudável de rejeitos nucleares ou substâncias radiativas), destacou o empenho brasileiro na causa do desarmamento nuclear.

O embaixador discorreu sobre o interesse brasileiro em oferecer à Marshall iniciativas concretas de cooperação. Mencionou a possibilidade de explorar, por meio da ABC, mecanismos bilaterais de cooperação em áreas como combate a enfermidades tropicais e doenças transmitidas por mosquitos; turismo; combate à pesca ilegal (IUU) e exploração ambientalmente sustentável de recursos pesqueiros; programas na área social, voltados à assistência a populações de baixa renda, a exemplo do Bolsa Família no Brasil; e aperfeiçoamento da formação e treinamento de recursos humanos no serviço público. Recebeu do chanceler interino pedido para que o IRBr examine de que maneira poderia colaborar para oferecer ao incipiente serviço diplomático marshallês noções sobre Cerimonial e Protocolo, serviço consular, promoção comercial preparação, negociação, aprovação e implementação de atos internacionais.

A presidente Hilda Heine recebeu o embaixador por cerca de 45 minutos. Fez-se acompanhar não apenas do chanceler interino Alfred Jr., mas também de vários outros integrantes de seu gabinete, tais como os ministros de Assuntos Internos, Saúde e Finanças. A presidente Heine ressaltou o que considera a questão-chave para o futuro do país: como prepará-lo para o cenário pós-2023, quando os EUA planejam encerrar a assistência financeira que atualmente prestam às Ilhas Marshall, responsável por aproximadamente 60% do orçamento local. Na área de política externa, notou a preocupação externada pela presidente com o anúncio da retirada dos EUA do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e o possível impacto de tal medida sobre os esforços em curso da comunidade internacional para

mitigar os efeitos do aquecimento global. A presidente assinalou ainda o interesse das Ilhas Marshall em eventualmente implementar programa social de transferência de renda em moldes assemelhados ao Bolsa Família, item que ocupou boa parte do encontro da então titular da Educação com o embaixador Fernandes.

O embaixador brasileiro foi também recebido em visitas protocolares de cortesia pelos chefes das três únicas Missões diplomáticas residentes em Majuro: Karen Stewart (EUA), Daniel Tang (Taiwan) e Hideyuki Mitsuota (Japão). A propósito das relações de Marshall com aqueles três países, cabe o registro da importância central dos EUA em todos os aspectos da conjuntura política e econômica das Ilhas Marshall; da presença de comunidade taiwanesa em Marshall, presente sobretudo no comércio, e do esforço taiwanês em se fazer presente por meio de investimentos e doações (10% dos recursos usados no “Trust Fund” que financia o orçamento público de Marshall provêm de Taiwan); além da expressiva miríade de atividades de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e cooperação promovidas em Marshall pela embaixada japonesa e pelo escritório local da JICA, sobretudo na área de educação, infraestrutura de transporte e saúde.

Em novembro de 2018, a representação brasileira em Manila contatou sua homóloga das Ilhas Marshall, requerendo apoio à candidatura para o Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), mandato 2019-21, categoria “B”, e para o Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-23. Por nota verbal, a Representação Permanente das Ilhas Marshall junto à IMO confirmou apoio à candidatura brasileira nas eleições que se realizaram na 31.^a sessão da Assembleia da IMO, entre 25/11 e 5/12/2019.

Ainda não foram firmados **atos bilaterais** entre o país e o Brasil.

Não existem **empréstimos e financiamentos oficiais** do Brasil às Ilhas Marshall.

INTERCÂMBIO BILATERAL

O comércio entre Brasil e Ilhas Marshall alcançou US\$ 216,1 milhões em 2019. Praticamente todo o comércio bilateral correspondeu a exportações brasileiras de combustíveis categorizados como “outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos”, no montante de US\$ 208 milhões (2019). Em 2019, o Brasil foi o segundo maior fornecedor do produto para o mercado marshallês, depois da China.

Entre janeiro e maio de 2020, as exportações brasileiras para as Ilhas Marshall somaram US\$ 101,4 milhões, sendo que US\$ 97,7 milhões corresponderam a óleos de petróleo e minerais betuminosos.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Marshall tornaram-se independentes, em 21 de outubro de 1986, sob Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos da América, que lhes assegura defesa, condução de alguns vetores de política externa e aporte financeiro. A Constituição nacional segue o modelo de Westminster. O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA, assinado em 1982 (com duração até 2023), garante ao governo das Ilhas Marshall a responsabilidade por assuntos domésticos e à Washington a primazia por alguns vetores de política externa (segurança, em especial) além de assistência financeira norte-americana a Majuro. Os EUA se beneficiam de acesso exclusivo para suas forças militares ao espaço aéreo e mar territorial marshallenses.

As Ilhas Marshall são uma república constitucional, com regime misto entre o parlamentarismo e o presidencialismo. As eleições são realizadas a cada quatro anos, elegendo, por sufrágio universal, os 33 Senadores da Câmara Baixa do Legislativo, conhecida como Nitijela (Parlamento). O presidente é então apontado pelo Nitijela, dentre os seus membros, tornando-se chefe de Estado e de governo. De maneira geral, os presidentes das Ilhas Marshall não logram exercer mais de um mandato, uma vez que as alianças diretas entre os parlamentares tendem a ser fluidas, na ausência de partidos políticos. A Câmara Alta do Legislativo, chamada de Conselho de Iroij, é composta por 12 chefes tribais, e tem caráter consultivo para questões fundiárias, de direito consuetudinário e de práticas tradicionais.

O maior desafio das Ilhas Marshall é garantir saúde à população, dispersa em 1.200 ilhas em 29 atóis. O país sofreu com 67 explosões nucleares, principalmente ao redor do Atol de Bikini, levadas a cabo pelos Estados Unidos entre 1946 e 1954.

A mudança climática, e o consequente aumento do nível do mar, também é assunto de primeira importância para as Ilhas Marshall, que experimentaram severas dificuldades ambientais ao longo do primeiro semestre de 2013, primeiro com secas e, em junho de 2013, com inundações na capital Majuro. Em consequência desses desastres ambientais, em junho de 2013 os EUA declararam que, sob o Pacto de

Livre Associação entre ambos os países, as Ilhas Marshall poderiam utilizar recursos do fundo nacional de emergências mantido pela agência americana de resposta a desastres.

O Parlamento Nacional ("Nitijela") aprovou, em 26 de janeiro de 2016, moção de censura contra o presidente Casten Nemra, cuja eleição se dera no começo do mesmo mês. Hilda Heine, Senadora pelo Atol de Aur, foi eleita, em votação secreta na esfera parlamentar, para preencher a vacância de poder no Executivo. Tratou-se da primeira mulher a ocupar a presidência do país.

As últimas eleições gerais para o parlamento marshallês foram realizadas em novembro de 2019. O parlamento eleito escolheu o novo presidente, David Kabua, que tomou posse em 13 de janeiro de 2020, para mandato de quatro anos. Em declaração dias antes de sua posse, Kabua indicou como assuntos de relevância para seu mandato as mudanças climáticas em curso, a renegociação da assistência financeira recebida dos EUA e o risco de vazamento no reservatório de dejetos radioativos na ilha de Runit ("Runit Dome" ou "Cactus Dome").

Pandemia de COVID-19

Devido à pandemia de COVID-19, todas as viagens aéreas comerciais ao país foram suspensas em março de 2020; sendo que nem mesmo nacionais marshalleses podem retornar ao país por meio aéreo. É permitido o pouso de aviões para reabastecimento, desde que não haja qualquer contato humano. Embarcações (pesqueiros, cargueiros ou petroleiros) que passaram, nos últimos 14 dias, por países/territórios com casos confirmados de COVID-19 estão proibidas de entrar no arquipélago marshallês.

Quanto a medidas de distanciamento social, no momento, há apenas recomendação de cuidado com higiene pessoal e manutenção de distância social mínima. Não há casos confirmados de COVID-19 no país; no entanto, o país já havia declarado "estado de emergência de saúde" na primeira metade de fevereiro, antes da detecção de quaisquer casos. O país é considerado especialmente vulnerável por sua diminuta população, seu sistema de saúde deficitário e a relativamente alta incidência de desnutrição infantil e doenças debilitadoras do sistema imunológico (como o diabetes) em adultos.

ECONOMIA

A economia das Ilhas Marshall é fortemente dependente da ajuda norte-americana, possuindo um enorme setor estatal, responsável pela maior parte dos empregos. Praticamente todo o combustível é importado. Parte das receitas das Ilhas Marshall advém do aluguel do atol Kwajalein aos EUA, usado para testes de mísseis.

Em diversos atóis, prevalece a economia de subsistência, principalmente no setor agrícola e da pesca. As principais produções são as de coco, melões e fruta-pão. O turismo emprega cerca de 10% da população e é a principal fonte de divisas estrangeiras. Apesar de ser um destino considerado paradisíaco, o turismo nas Ilhas Marshall é muito pouco explorado, devido à dificuldade de se chegar ao local, à concorrência com outras ilhas e ao medo de alguns turistas de supostas contaminações.

POLÍTICA EXTERNA

Embora os EUA sejam o principal parceiro externo das Ilhas Marshall, o país tem procurado promover relações estreitas com o Japão, a Austrália e outras nações do Pacífico. A Austrália foi o segundo país, depois dos EUA, a estabelecer relações diplomáticas com as Ilhas Marshall, em 1987. EUA, Japão e Taiwan mantêm representações diplomáticas nas Ilhas.

A República das Ilhas Marshall tornou-se membro da ONU em 1991. É, também, membro do Foro das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico Sul (SPC), e de outros organismos internacionais, como o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Em relação à contaminação radioativa das Ilhas Marshall, o 34.º Foro das Ilhas do Pacífico reiterou o reconhecimento da especial responsabilidade dos Estados Unidos pelos efeitos adversos do ensaio nuclear conduzido durante a administração norte-americana das ilhas, e reiterou o chamado aos EUA para que cumpra integralmente a obrigação de prover compensação adequada e justa.

As Ilhas Marshall pleiteiam soberania sobre a Ilha Wake, atol formalmente anexado pelos EUA ao final do século XIX.

O país tem grande interesse nas negociações sobre mudança do clima. Defende que os progressos e compromissos alcançados nos últimos 20 devem ser mantidos e aprofundados.

Em setembro de 2013 as Ilhas Marshall sediaram o 44.º Fórum das Ilhas do Pacífico em Majuro. Após as calamidades ambientais ocorridas no país durante o primeiro semestre de 2013, as Ilhas Marshall patrocinaram a "Declaração de Majuro", emitida pelo Fórum, no sentido de reivindicar metas e iniciativas mais ambiciosas no combate à mudança climática e apelaram à Austrália e Nova Zelândia, também membros do Fórum, que defendam com mais vigor essa bandeira. A referida declaração ressalta que a mudança do clima representa grave ameaça para as economias e para o bem-estar das populações dos países da região e reafirma compromisso de adoção de medidas para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Em setembro de 2014, durante a 69.ª AGNU, a alocução do então presidente Christopher J. Loeak destacou os desafios à paz e à segurança internacionais ante o aumento da violência na Ucrânia, Síria e Iraque. A esses desafios acrescentou a mudança do clima. Convidou os estados-membros a

observarem as metas do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio e solicitou que os países do G-20 não deixassem de considerar o tema em seu próximo encontro. O discurso do presidente Loeak tocou ainda na vulnerabilidade dos estados insulares e ressaltou a importância de uma perspectiva que pudesse acomodar, na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, o caráter único desses países. Em outubro de 2014, as Ilhas Marshall abstiveram-se em votação na AGNU quanto à necessidade de fim do embargo americano a Cuba. Além do país, apenas Palau e Micronésia abstiveram-se.

Na 70.^a AGNU, em 2015, o então presidente de Ilhas Marshall, Christopher J. Loeak, afirmou que a Agenda 2030 e seus objetivos de desenvolvimento sustentável oferecem uma poderosa ferramenta para que os SIDS ajustem suas próprias estratégias domésticas. Expressou seu contentamento com o reconhecimento da mudança do clima pelos líderes mundiais como uma realidade que merece e está ganhando uma resposta firme e coletiva. Salientou que todos devem se comprometer com a redução de emissões para 2030 e fechar as lacunas de emissões globais. Parabenizou a iniciativa da Nova Zelândia que, no exercício da presidência do Conselho de Segurança, organizou uma reunião sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), sugerindo que o CSNU inclua de modo permanente em sua agenda um item sobre a segurança dos SIDS. Afirmou que a pesca é setor vital para o desenvolvimento nacional, salientando que a soberania deve ser respeitada para a pesca nas águas territoriais de seu país. Asseverou que as armas nucleares constituem ameaça para a paz e segurança internacionais, demandando esforços para o desarmamento nuclear global.

Na AGNU 2016, o discurso proferido pela presidente das Ilhas Marshall, Hilda Heine, teve como foco temas domésticos e sua relação com os ODSs. Em especial, a presidente ressaltou a importância de que os pequenos estados insulares criem condições para superar a dependência da ajuda externa, garantindo ambiente de segurança econômica que contribua para a erradicação da pobreza e o crescimento econômico. Tal crescimento deve ocorrer, no entanto, de maneira inclusiva, garantindo melhorias no desenvolvimento social. Deve, ademais, ser alcançado com uso sustentável dos recursos, em especial aqueles advindos dos oceanos, parte integral da identidade do país. Terminou seu discurso ressaltando que, há 65 anos, seu país denuncia na ONU os danos sociais, psicológicos e de saúde causados pelo teste de armas nucleares e lembrou que as Ilhas Marshall são o único caso em que a ONU autorizou o teste de armas nucleares. Comprometeu-se a centrar sua administração em assuntos relacionados ao impacto causado por tais testes e exigiu

apoio da comunidade internacional e do sistema ONU para alcançar resultados concretos.

Durante a 74.^a AGNU, em 26 de setembro de 2019, o Paraguai e as Ilhas Marshall estabeleceram relações diplomáticas, por intermédio de declaração conjunta firmada pelos Chanceleres John Silk e Antonio Rivas Palacios.

Após a posse do presidente David Kabua, em janeiro de 2020, não houve sinais de alteração das relações entre as Ilhas Marshall e a República da China (Taiwan). Segundo relatos, Kabua teria assegurado ao embaixador taiwanês seu forte apoio à manutenção dos laços diplomáticos mútuos, agradecendo a assistência que seu país recebeu de Taipé nos últimos anos e defendendo o aprofundamento das relações bilaterais.

NOVA POLÍTICA EXTERNA DE HILDA HEINE

No tocante aos eixos da Nova Política Externa de Majuro, da então presidenta Hilda Heine, anunciada em 2017, cabe ressaltar preocupação com a ampliação de sua inserção global - e, conseqüentemente, com a diminuição da dependência com relação aos EUA. Mudança climática, desarmamento nuclear e promoção de investimentos no turismo estão entre os demais temas tratados.

Citando a constituição marshallense, a Nova Política Externa de Heine salientou que as Ilhas Marshall devem estender aos demais países o que deles espera: paz, amizade e entendimento mútuo. Enumera, nesse contexto, cinco princípios de sua política externa: igualdade soberana entre os estados; adesão a sistema internacional inclusivo e baseado no direito; não interferência em assuntos internos; primado da diplomacia na gestão e solução dos problemas globais e respeito mútuo.

O documento expressa ser a visão do país harmonizar desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Faz referência à interdependência global, à necessidade de proteger direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como de respeitar cultura e tradições. Em seguida, afirma que a missão precípua do Ministério dos Negócios Estrangeiros seria a de dar prioridade à promoção dos interesses nacionais, mantendo e aprofundando relações bilaterais e multilaterais com vistas a garantir o desenvolvimento nas esferas social, econômica, política e cultural. A atração de investimentos, a capacitação dos recursos humanos e a busca de segurança também fariam parte das prioridades da pasta.

Dos nove objetivos listados para a política externa, o primeiro refere-se ao "legado nuclear". Recorda 67 explosões atmosféricas detonadas no território marshallense entre 1946 e 1958. Considera ter-se tratado de "sacrifício em nome do

interesse nacional dos EUA". Conclui que, sem ter sido possível solucionar essa questão adequadamente de maneira bilateral, caberia doravante buscar "meios alternativos" de fortalecer a posição do país. Cita, nesse âmbito, o pedido feito ao CDH de relatório específico sobre os efeitos dos testes nucleares para os direitos humanos. A meta última seria a obtenção de maior compensação e de reparação, embora o documento registre, ainda, expectativa em torno a possível declaração presidencial de desculpas, que tome por base as conclusões do Comitê Consultivo sobre Radiação. Cobra, ademais, que o padrão sendo empregado para a remoção dos resíduos existentes seja equiparado ao que já é adotado domesticamente nos EUA.

O segundo objetivo singulariza que a atual versão do "Compact of Free Association" entre Ilhas Marshall e EUA, que data de 2004, estipula o fim do financiamento estadunidense ao país no ano de 2023. Propõe que, desde já, a RMI planeje a sustentabilidade futura de suas receitas e, adicionalmente, negocie com Washington a extensão de algumas das linhas de ajuda. Outra prioridade enumerada é a de manutenção da política de livre ingresso e residência nos EUA, sem necessidade de visto.

O terceiro dos objetivos dedica-se à garantia de "futuro climático seguro". Retrata os riscos que o aquecimento global impõe ao arquipélago e pondera que evacuações teriam de começar muito antes da inundação total, levando marshallenses à condição de refugiados ambientais pioneiros. Entende caber à Chancelaria centrar esforços na busca de financiamento para medidas de adaptação e mitigação. São destacadas as tarefas de conscientização, mobilização comunitária e de busca por segurança energética em fontes de baixo carbono.

O quarto objetivo proclama anseio por ampliar os engajamentos bilaterais e multilaterais do país, de modo a fortalecer sua segurança e soberania. O texto denota esforço em diminuir, ao menos em parte, a dependência com relação aos EUA. Ao propor maior engajamento global, reconhece a necessidade de melhorar a qualidade dos relatórios apresentados perante convenções internacionais ratificadas pelo país.

O quinto objetivo trata de promoção da cultura local; o sexto, dedicado a temas econômicos, propõe reorientar o foco das missões diplomáticas do país no exterior para uma maior promoção do turismo, dos investimentos externos e da exportação dos produtos marshallenses. Propõe a conclusão de acordos bilaterais que cubram esses setores, bem como a busca por novas oportunidades de financiamento de projetos. Cita, ainda, a importância da cooperação técnica para as instituições nacionais.

O sétimo objetivo indica que a concertação regional permanece prioritária, pretendendo-se trabalhar para que o Fórum das Ilhas do Pacífico assuma procedimentos mais ágeis, passando a harmonizar e coordenar as atividades das demais iniciativas regionais dedicadas a setores diversos (cita, nesse contexto, pesca e meio ambiente, além da Universidade conjunta do Pacífico Sul).

O oitavo dos objetivos dedica-se aos serviços consulares e propõe como meta a conclusão de mais acordos de isenção de vistos. O nono e último objetivo volta-se à eficiência e profissionalização do serviço diplomático marshallês.

Reforma do CSNU

Sem se comprometer, de início, com algum modelo específico de proposta de reforma do Conselho de Segurança (CSNU), o governo das Ilhas Marshall passou a apoiar o projeto de resolução A/59/L.64. Na 66ª AGNU (setembro de 2011), o chanceler John Silk destacou a necessidade de tornar o CSNU mais efetivo e adequado à realidade contemporânea. Afirmou que o órgão deve ser reestruturado para acomodar nações cuja responsabilidade, tamanho e liderança as credenciem a um assento permanente, citando nominalmente os países do G-4. Além disso, referiu-se à decisão de somar-se aos pequenos estados insulares em desenvolvimento do Pacífico para pedir ao CSNU que reconheça que a mudança do clima constitui ameaça real à paz e segurança internacionais.

CIJ

O governo da República das Ilhas Marshall submeteu à Corte Internacional de Justiça, em 24/04/14, nove demandas simultâneas contra China, Coreia do Norte, Estados Unidos, França, Índia, Israel, Paquistão, Reino Unido e Rússia, acusando-os de não cumprirem suas obrigações de cessar, em data próxima, a corrida armamentista nuclear e de garantir o desarmamento nuclear. Com base no artigo 36, parágrafo 2º, do Estatuto da Corte (1945), serão examinados apenas os casos movidos contra os três países que já aceitaram a jurisdição obrigatória daquele tribunal (Índia, Paquistão e Reino Unido). Os demais estados foram notificados sobre a petição das Ilhas Marshall, mas nenhum processo pôde ser iniciado, já que as Partes demandadas não reconhecem a jurisdição da Corte no caso.

As petições iniciais apresentadas pela demandante em cada um dos casos em muito se assemelham, e são baseadas nos seguintes argumentos: (1) mais de quatro décadas após a entrada em vigor do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Índia e Paquistão ainda não aderiram àquele instrumento; teriam,

pelo contrário, testado armas nucleares e adquirido um arsenal nuclear que foi mantido, melhorado, diversificado e ampliado ao longo dos anos. O Reino Unido, por sua vez, apesar de ser um dos primeiros signatários do TNP, teria mantido e modernizado continuamente seu arsenal; (2) os três países teriam ainda descumprido obrigação de direito internacional consuetudinário de participar, de boa-fé, de negociações com o fim de cessar a corrida armamentista nuclear em data próxima e de proceder ao desarmamento nuclear em todos os seus aspectos, sob controle internacional estrito e eficaz, tendo tomando, ao invés disso, medidas para melhorar, expandir e manter suas forças nucleares.

Em 05/10, a CIJ anunciou sua decisão sobre questões preliminares levantadas pelas partes demandadas nos três casos envolvendo as Ilhas Marshall e estados nuclearmente armados (Índia, Paquistão e Reino Unido), denominados "Obrigações acerca das negociações relativas à cessação da corrida armamentista nuclear e ao desarmamento nuclear". A CIJ decidiu (1) acatar as objeções à sua jurisdição, por entender que não há disputa entre as partes, e (2) não avançar, por conseguinte, para a fase de análise do mérito dos casos, dando assim por encerradas as demandas.

CDH

A missão das Ilhas Marshall em Genebra transmitiu à Delegação brasileira naquela cidade, em julho de 2019, cópia dos compromissos voluntários referentes à candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), mandato 2020-2022, nas eleições de outubro do ano em curso, em Nova York, por ocasião da 74.^a Sessão da Assembleia Geral. No mesmo expediente, solicitou apoio à sua candidatura para o CDH.

A nota MUNOG/01/19 teve o seguinte teor:

“The Permanent Mission of the Republic of the Marshall Islands to the United Nations Office in Geneva presents its compliments to the Permanent Missions to the United Nations Office in Geneva and, with reference to the Republic of the Marshall Islands candidature for membership of the UN Human Rights Council (HRC) for the term 2020-2022, has the honor to attach an aide memoire, which contains a brief account of the Republic of the Marshall Islands' contributions, intended voluntary pledges and commitments pursuant to General Assembly Resolution 60/251.

The Republic of the Marshall Islands, a Pacific Small Island Developing State, is committed to implementing basic human rights, including those within the

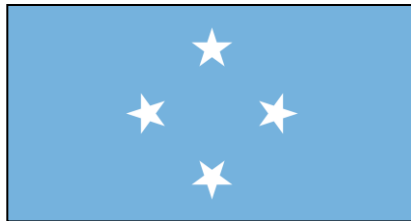
Bill of Rights of its Constitution, and those within respective treaty instruments. The Republic of the Marshall Islands is fully committed to the promotion and protection of human rights, has adopted a wide range of measures to fulfill its national and international obligations on human rights, and continues to improve its progress towards these obligations.

The Republic of the Marshall Islands hopes that the esteemed Member States of the United Nations will lend their valuable support to the above candidature of the Republic of the Marshall Islands to the Human Rights Council at the election to be held during the 74th Session of the UN General Assembly in October 2019 and thus accord an opportunity for the Republic of the Marshall Islands to contribute to the work of the Council, for the first time since its creation in 2006. The candidature of the Republic of the Marshall Islands to the Human Rights Council has been endorsed by the Pacific Islands Forum.

The Permanent Mission of the Republic of the Marshall Islands to the United Nations Office in Geneva avails itself of this opportunity to renew to the Permanent Missions to the United Nations Office in Geneva the assurances of its highest regard.”

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MICRONÉSIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

(Maio de 2020)

SARP/DEJP/DAP

Sumário

DADOS BÁSICOS SOBRE A MICRONÉSIA	
NOME OFICIAL	Estados Federados da Micronésia
GENTÍLICO	micronésio
CAPITAL	Palikir
ÁREA	702km² (607 ilhas)
POPULAÇÃO (2017)	104.196
GRUPOS ÉTNICOS	Nove grupos étnicos de micronésios e polinésios.
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês (língua oficial), Trukese, Pohnpeian, Yapese, Kosrean, Ulithian, Woleaian, Nukuoro
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos Romanos 50%, Protestantes 47%, Mórmons 1.5%
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista em livre associação com os EUA.
PODER LEGISLATIVO	Congresso Unicameral composto por 14 membros: 10 eleitos diretamente por maioria simples para mandatos de 2 anos e 4 eleitos por cada um dos 4 estados por representação proporcional para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente David W. Panuelo
CHEFE DE GOVERNO	Presidente David W. Panuelo
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Kandhi A. Elieisar
PIB NOMINAL (2018)	US\$ 401,9milhões
PIB PPP (2018)	US\$ 410,4 milhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2018)	US\$ 3 568
PIB PPP <i>per capita</i> (2018)	US\$ 3 640
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2018)	0,2%
IDH (2013)	0,63 (124º - médio)
EXPECTATIVA DE VIDA (2017)	73,1
ALFABETIZAÇÃO:	Sem medida.

ÍNDICE DE DESEMPREGO:	22% (2010)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar americano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	-
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros na Micronésia.

(2) Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC/Ministério da Economia**

BRASIL⇒ MICRONÉSIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	127	73	100	108	106	147	73	84	211	224
Exportações	75	73	99	103	63	145	73	78	211	223
Importações	52	0,1	1	6	43	2	0,7	6	0,061	1,1
Saldo	23	73	98	97	19	142	72	71	211	222

- *OBS: Não existem dados recentes disponíveis (a última série disponível é de 2016). Vide Anexo (página 20)*

PERFIS BIOGRÁFICOS

David W. Panuelo

Presidente



David W. Panuelo, nono presidente dos Estados Federados da Micronésia, assumiu o cargo em 11 de maio de 2019, após indicação pelo recém-empossado parlamento do país. Nascido em 1964, no estado de Pohnpei, e egresso da “Oregon Eastern University” (EUA), iniciou sua carreira pública como funcionário do Ministério de Assuntos Estrangeiros micronésio e, posteriormente, do governo estadual de Pohnpei. No parlamento, ocupa a posição de membro eleito pelo estado de Pohnpei desde 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Micronésia estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil em outubro de 2010. O processo de aproximação com a Micronésia e as demais Ilhas do Pacífico teve início no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico César de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o representante permanente da Micronésia junto à ONU, Jeem Lippwe, bem como os representantes permanentes de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, e Marshall, visitaram o Brasil, a convite do governo brasileiro. Os representantes permanentes fizeram visita protocolar ao então ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras com o subsecretário-geral de Cooperação e de Promoção Comercial, embaixador Ruy Nogueira, com a diretora do Departamento de Ásia e Oceania, embaixadora Regina Dunlop, com o diretor do Departamento de Organismos Internacionais, ministro Carlos Duarte e com o Chefe da Agência Brasileira de Cooperação, ministro Marco Farani. Como parte da programação, a delegação visitou, em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), e o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa (CENARGEN); no Rio de Janeiro, o Laboratório de Tecnologia Submarina (COPPE/UFRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Empresa Gerencial de Projetos Navais (ENGEPRON), a Petrobras, o BNDES e a Vale; e, em São Paulo, a Embraer.

Em 2012, o então presidente da Micronésia, Emanuel Mori, visitou o Brasil por ocasião da Rio+20.

Em 2013, o embaixador George Ney Fernandes apresentou credenciais ao então presidente Emanuel Mori, diante de todo o seu gabinete, em ocasião classificada pelo próprio líder como histórica, por se tratar do primeiro embaixador do Brasil junto à Micronésia. Na ocasião, Mori mostrou-se preocupado com as mudanças climáticas, uma vez que, com o aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos, o país corre o risco de ser engolido pelo mar. O presidente demonstrou expectativa de que o Brasil se torne um importante parceiro em termos de proteção ao meio ambiente.

Em visita realizada à Micronésia em 24 e 25 de maio de 2018, para apresentação de credenciais, o embaixador do Brasil em Manila, Rodrigo do Amaral, reuniu-se com o presidente do país, Peter Christian. No encontro, agradeceu o apoio da Micronésia ao pleito dos países do G-4 e antecipou o pedido de apoio à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança para o biênio 2022-2023, entregue ao secretário do Exterior no mesmo dia. O presidente acolheu o pleito de forma positiva e reiterou a necessidade de reforma do órgão. Também demonstrou interesse na aquisição de aeronaves da Embraer para uso da presidência e da companhia aérea local – Caroline Islands. Posteriormente, em jantar oferecido pelo presidente, este demonstrou ao embaixador interesse em aproveitar a experiência brasileira para uso da energia hidrelétrica.

Ao encontrar-se com o secretário do Exterior, além da entrega do pedido de apoio à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança, agradeceu o apoio da Micronésia às candidaturas do professor Antônio Augusto Cançado Trindade à CIJ e do embaixador Gilberto Saboia à Comissão de Direito Internacional. Por fim, apresentou-lhe a proposta de acordo por troca de notas para isenção de vistos de curta duração para portadores de passaporte comum, que foi recebido de forma positiva.

O embaixador também se encontrou com os embaixadores Residentes da Austrália e do Japão e com as encarregadas de Negócios dos EUA e da China. Os quatro foram uníssomos em externar opinião pessimista acerca dos benefícios e da utilidade das contribuições ao país, enfatizando a corrupção endêmica, o nepotismo e a falta de visão de longo prazo da elite local. Exemplo de nepotismo seria o fato de o presidente ter parentes em postos-chave na empresa aérea local e no Departamento de Transporte e Aviação Civil. A situação da dependência micronésia à proteção de ajuda norte-americana também foi levantada e criticada pela encarregada de Negócios chinesa, que afirmou que “a China não seria jamais o inimigo do qual os EFM desejariam estar protegidos”, em caso de opção pelos EUA para defesa da segurança de ameaças externas.

Em novembro de 2019, a representação brasileira em Manila enviou notas verbais para sua homóloga da Micronésia, requerendo apoio à candidatura para o Conselho da Organização Marítima Internacional, mandato 2019-21, categoria “B”, e para o Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-23. Na ocasião, diplomata micronésio respondeu que os pedidos brasileiros estariam sob consideração da chancelaria.

COOPERAÇÃO

O governo micronésio demonstrou interesse em duas áreas principais de cooperação: cooperação com a Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no país, que hoje é apenas de subsistência; e possibilidade de abertura de vaga no Instituto Rio Branco para a formação de diplomata micronésio.

ATOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados **atos bilaterais com a Micronésia**.

Em novembro de 2017, o embaixador Rodrigo do Amaral Sousa propôs, em telegrama, o estabelecimento de acordo para a dispensa recíproca de vistos. Durante a visita aos Estados Federados da Micronésia, em maio de 2018, proposta brasileira de acordo por troca de notas sobre a isenção de vistos de curta duração a portadores de passaporte em comum foi apresentada às autoridades competentes locais.

A proposta visa reforçar os laços entre os dois países e prevê que os micronésios portadores de passaporte comum possam entrar, sair e transitar pelo territórios do Brasil para propósitos de turismo e negócio por um período de 90 dias, o qual pode ser renovável por outros 90 dias, contanto que não se exceda os 180 dias em um período de 12 meses. Os países podem negar a entrada de pessoas consideradas indesejadas e o acordo pode ser revogado a qualquer momento, por meio de notificação por escrito, fazendo com que as medidas cessem após 90 dias. O acordo será adotado após 30 dias da resposta da Micronésia, dado que ela confirme que concorda com as medidas e que os brasileiros terão tratamento recíproco no país.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral é ainda incipiente. Não se observa tendência de aumento ou diminuição no comércio entre os dois países. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2005, quando atingiu US\$1,1 milhão, e a partir de então se estabilizou na faixa do US\$100 mil, com quedas em 2013 e 2014. De acordo com dados do MDIC/SECEX-Aliceweb, de 2005 a 2014, o modesto comércio bilateral

entre o Brasil e a Micronésia registrou forte queda de 93% recuando de US\$ 1,1 milhão, para apenas US\$ 85 mil, respectivamente. De 2013 para 2014, contudo, foi observado aumento de 15%.

Historicamente, o saldo comercial sempre foi favorável ao Brasil, uma vez que as importações brasileiras originárias do mercado micronésio tem pouca expressividade no total do comércio bilateral. No último triênio os superávits foram: US\$ 143 mil (2012); US\$ 72 mil (2013); US\$ 71 mil (2014). De janeiro a abril de 2015, as trocas comerciais somaram US\$ 125 mil, sendo que não houve registro de importação brasileira originária da micronésia.

Evolução do intercâmbio comercial com a Micronésia - US\$ mil, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2005	1.128	314,7%	0,00%	19	(+)	0,00%	1.147	321,7%	0,00%	1.109
2006	83	-92,7%	0,00%	10	-48,2%	0,00%	92	-91,9%	0,00%	73
2007	75	-8,6%	0,00%	52	427,5%	0,00%	127	37,9%	0,00%	23
2008	74	-2,1%	0,00%	0,1	-99,7%	0,00%	74	-42,0%	0,00%	74
2009	99	34,6%	0,00%	5	(+)	0,00%	104	40,6%	0,00%	95
2010	103	3,4%	0,00%	6	21,0%	0,00%	108	4,2%	0,00%	97
2011	63	-38,5%	0,00%	43	678,4%	0,00%	107	-1,7%	0,00%	20
2012	145	130,0%	0,00%	3	-94,2%	0,00%	148	38,7%	0,00%	143
2013	73	-49,8%	0,00%	0,7	-71,8%	0,00%	74	-50,2%	0,00%	72
2014	78	7,1%	0,00%	7	855,4%	0,00%	85	15,2%	0,00%	71
2015 (jan-abr)	125	(+)	0,00%	0,1	--	0,00%	125	(+)	0,00%	125
Var. % 2005-2014	-93,1%		---	-64,4%		---	-92,6%		---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.
(+) Igual ou superior a 1000%. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

As exportações brasileiras para a Micronésia decresceram 93% entre 2005 e 2014, retraindo de US\$ 1,1 milhão, em 2005 – ano de seu melhor desempenho – para US\$ 78 mil, em 2014. De 2013 para 2014, as vendas ao mercado micronésio aumentaram 7,1% motivadas, principalmente, pelo crescimento dos embarques de preparações alimentícias e conservas de bovino, principal produto da pauta. Entre janeiro e abril de 2015, as exportações atingiram US\$ 125 mil, um crescimento de quase 725 vezes e que foi motivado pela inclusão na pauta exportadora de preparações alimentícias e conservas de bovino (valor de US\$ 87 mil) e de construções e suas partes, de alumínio (valor de US\$ 39 mil). Os produtos exportados para a Micronésia, em 2014, foram: *i*) preparações alimentícias e conservas de bovino (valor de US\$ 78 mil, equivalentes a 99,8% do total); e, *ii*) lentes de contato (US\$ 0,7 mil; 0,2%).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as **importações** brasileiras originárias da Micronésia decresceram 64% diminuindo de US\$ 19 mil, em 2005, para US\$ 7 mil, em 2014. As compras de 2013 para 2014 apresentaram, todavia, um substancial aumento de 855% que foi motivado, principalmente, pela inclusão na pauta importadora de transistores montados (valor de US\$ 6 mil). Entre janeiro e abril de 2015 as importações limitaram-se ao valor de apenas US\$ 61 e não houve registro de compras no mesmo período do ano anterior. Os principais produtos importados pelo Brasil, procedentes do mercado micronésio em 2014 foram: *i*) transistores montados (valor de US\$ 6 mil; equivalentes a 92,6% do total); *ii*) partes para aparelhos de radiotelecomando, câmaras de TV/vídeo (US\$ 0,3 mil; 3,9%); e, *iii*) máquinas e aparelhos mecânicos com função própria (US\$ 0,1 mil; 1,9%).

O **cruzamento** estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Micronésia em 2014 (fonte: Trademap/UNCTAD), identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Por conseguinte, com base na nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH6), os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local foram, em princípio, os seguintes: *i*) arroz; *ii*) carnes de frango; *iii*) cimento, tipo 'portland'; *iv*) geradores elétricos para motores de automóveis; *v*) preparações das indústrias alimentícias; *vi*) produtos de padaria; *vii*) dispositivos fotossensíveis semicondutores; *viii*) pescados; *ix*) estações-base de telecomunicações; *x*) preparações e conservas de atuns.

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a demanda importadora da Micronésia - 2014 - US\$ mil, fob							
Ranking	SH	Descrição dos produtos ⁽¹⁾	Exportações brasileiras para a Micronésia	Importações totais da Micronésia ⁽²⁾	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part. % do Brasil
TOTAL GERAL			78	148.567	225.098.405	148.489	0,1%
1º	100630	Arroz	0	4.327	189.357	4.327	0,0%
2º	020714	Carnes de frango	0	3.656	4.460.837	3.656	0,0%
3º	252329	Cimento tipo 'Portland'	0	2.273	5.014	2.273	0,0%
4º	850213	Geradores elétricos para motores de automóveis	0	2.073	16.164	2.073	0,0%
5º	210690	Preparações das indústrias alimentícias	0	2.003	375.091	2.003	0,0%
6º	190590	Produtos de padaria	0	1.808	21.043	1.808	0,0%
7º	854140	Dispositivos fotossensíveis semicondutores	0	1.495	2.990	1.495	0,0%
8º	030234	Pescados	0	1.433	2.515	1.433	0,0%
9º	851761	Estações-base de telecomunicações	0	1.307	122.889	1.307	0,0%
10º	160414	Conservas de atuns	0	1.298	8.865	1.298	0,0%
Elaborado pelo MRE/DFR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.							
(1) Exclusivo petróleo e derivados, por razões específicas							
(2) Por não disponibilizar os dados relativos ao ano de 2014, os valores de importações totais da Micronésia foram obtidos 'por espelho', ou seja, com base nos dados relatados pelos parceiros.							

ASSUNTOS CONSULARES

Não há rede consular ou comunidade brasileira nas Micronésias.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano da Micronésia.

POLÍTICA INTERNA

Os Estados Federados da Micronésia tornaram-se independentes em 1986, sob o Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos da América, que lhes assegura defesa, condução da ação externa e aporte financeiro. A Constituição nacional segue o modelo americano. O atual presidente, David W. Panuelo, tomou posse em 11 de maio de 2019, sucedendo Peter M. Christian. O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA atribui responsabilidade ao governo da Micronésia em assuntos domésticos e de política externa, exceto nos domínios a cargo dos EUA.

A federação é uma república presidencialista composta por quatro estados federados (Pohnpei, Chuuk, Kosrae e Yap). Destes, Chuuk é o mais populoso, abrangendo cerca de metade da população nacional. Os quatro estados são geograficamente dispersos e abrigam grupos étnicos distintos, com idiomas próprios. Cada um possui sua própria constituição, governador e, exceto no caso de Chuuk, uma legislatura unicameral.

O poder legislativo federal é exercido por um Congresso unicameral composto por 14 senadores eleitos pelo voto popular, sendo que 4 são eleitos por voto proporcional, representam os estados e exercem mandatos de 4 anos, e os outros 10 senadores representam distritos delineados de acordo com a distribuição da população, são eleitos por maioria simples, e servem mandatos de 2 anos. O poder executivo é exercido pelo presidente, que é eleito pelo Congresso entre os 4 senadores que servem mandatos de 4 anos. O mandato do presidente também é de 4 anos, com possibilidade de uma reeleição. Uma emenda constitucional que propunha eleições diretas para presidente foi rejeitada pelo Congresso.

Referendo sobre a independência de Chuuk

O referendo sobre a independência do estado de Chuuk, anteriormente marcado para 5 de março de 2020, foi adiado para março de 2022. Trata-se do terceiro adiamento da votação, inicialmente proposta em 2015. O advogado-geral de Chuuk, Sabino Asor, um dos líderes do movimento independentista, declarou que o adiamento proporcionaria ao governo federal mais tempo para “corrigir algumas deficiências”.

Não está claro se o referendo, caso vença o lado independentista, resultará em efetiva independência do estado ou apenas marcará o início de uma disputa político-jurídica em torno do tema. Para analistas externos, um dos elementos determinantes para o movimento pró-independência é o pacto de livre associação da Micronésia com os Estados Unidos, que está sendo renegociado. Ao desligar-se da federação, Chuuk deixaria também o pacto, instrumento fundamental em termos de segurança marítima, assistência ao desenvolvimento e circulação de pessoas. Com Chuuk independente, o novo país estaria livre para negociar seus próprios acordos internacionais, o que poderia incluir uma aproximação com a China em termos mais favoráveis.

Pandemia de COVID-19

Em virtude da pandemia de COVID-19 em 2020, durante certo período, nenhuma pessoa pôde entrar no país, independentemente de sua nacionalidade (micronésios, inclusive). Tripulantes de embarcações e voos cargueiros tiveram acesso limitado às áreas do porto/aeroporto essenciais à segurança dos navios/aviões. Embarcações cargueiras contendo alimentos ou outros mantimentos essenciais à Micronésia, e que tenham passado por algum desses países/territórios nos últimos 14 dias, puderam atracar no arquipélago, contanto que fossem submetidas a rígidas

inspeções sanitárias. Desde 15 de abril, cidadãos micronésios estão proibidos de sair do país, a não ser em caso de necessidade de tratamento médico urgente.

Quanto a medidas de distanciamento social, inicialmente foram apenas recomendados cuidados com higiene pessoal e manutenção de distância pessoal mínima de dois metros. Não há confirmação de paciente com COVID-19 no país.

POLÍTICA EXTERNA

Em 9 de dezembro de 2019, ao estabelecer relações diplomáticas com a Nicarágua, a Micronésia passou a manter relações diplomáticas com 93 países, 26 a mais desde o estabelecimento de relações com o Brasil, em 25 de outubro de 2010.

A Micronésia tem representações diplomáticas em Washington, Tóquio, Fiji e nas Nações Unidas. Os EUA são o principal parceiro externo da Micronésia. Há quatro representações diplomáticas sediadas no país (EUA, China, Japão e Austrália). A Micronésia tornou-se membro da ONU em 1991 e tem procurado exercer influência em temas como meio ambiente, pesca e transportes. É, também, membro da Organização Mundial de Saúde, da ESCAP (“Economic and Social Commission for Asia and the Pacific”), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e de várias organizações regionais, como o Foro das Ilhas do Pacífico e a Comunidade do Pacífico Sul (SPC).

Na 66ª Assembleia Geral da ONU, o então presidente Emanuel Mori destacou que seu país está ameaçado por uma "bomba-relógio ambiental" de 32 milhões de litros de petróleo em 60 navios afundados durante a II Guerra Mundial e instou a comunidade internacional a ajudar a evitar o que seria um "imenso desastre ambiental". Ao referir-se à Rio+20, pediu à comunidade internacional que reconhecesse o conceito de economia azul. Comentou a importância dos oceanos para as economias da região e aludiu à exploração econômica dos recursos marítimos, inclusive pesca e turismo (santuários de tubarões). Por fim, destacou a importância da criação de nova categoria na ONU para caracterizar as pequenas ilhas em desenvolvimento do Pacífico. Na questão do conflito israelo-palestino, o país posicionou-se a favor da criação do Estado palestino e da negociação direta entre as partes.

Em setembro de 2014, na 69ª Assembleia Geral da ONU, o discurso da Micronésia centrou-se no tema da mudança do clima e na necessidade de compromissos internacionais com vistas ao enfrentamento desse problema. No que diz respeito aos temas de paz e de segurança, o então presidente Emanuel Mori defendeu a reforma do Conselho de Segurança, de forma a incluir, como membros permanentes, Alemanha, Brasil, Índia, Japão e um representante da África. Em outubro de 2014, a Micronésia absteve-se em votação na AGNU quanto à

necessidade de fim do embargo americano a Cuba. Além da Micronésia, apenas Palau e Ilhas Marshall se abstiveram.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes da Micronésia e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US\$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US\$ 125 para US\$ 200 mil.

Na mesma ocasião, o presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o então presidente da Micronésia, Emanuel Mori. Xi anunciou o estabelecimento de “parceria estratégica” com a Micronésia e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim irá oferecer tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos países da região, financiará 2000 bolsas de estudos nos próximos cinco anos, enviará equipes médicas e irá encorajar o turismo chinês.

Com relações estabelecidas desde 1991, Indonésia e Estados Federados da Micronésia realizaram o segundo encontro de mandatários no dia 18 de julho de 2018. A visita resultou em assinatura de acordo de isenção de vistos para passaportes diplomáticos e de serviço, e na criação de plano de ação, que inclui estabelecimentos de foros de consulta regulares, envolvendo, principalmente, áreas de cooperação. A declaração conjunta menciona cooperação marítima, econômica, sócio-cultural, contatos P2P e melhoria de conectividade dentro de cada arquipélago.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

A Micronésia tem defendido a expansão do Conselho de Segurança nas categorias de membros permanentes e não permanentes. Desde 2013, a Micronésia apoia expressamente a inclusão do Brasil e dos demais membros do G4 como membros permanentes do Conselho.

ECONOMIA

A economia da Federação dos Estados da Micronésia vem perdendo dinamismo. O país cresceu 0,2% em 2017 (último dado disponível), taxa menor que a apresentada em 2016, quando a Micronésia cresceu quase 1%.

Micronésia - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)							
Discriminação	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	2 0 1 5	2 0 1 6
Variação real	3,21%	1,83%	0,11%	-4,01%	0,08%	0,27%	0,97%
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, abril de 2015.							

No lado real da economia, as principais atividades são a agricultura e a pesca. O arquipélago possui escassas reservas de minérios, com exceção do fosfato. Existe potencial para a indústria do turismo, que vem ganhando importância econômica, mas a localização remota, a falta de infraestrutura e as poucas conexões aéreas dificultam seu desenvolvimento. Entre as prioridades locais faz-se menção ao desenvolvimento da infraestrutura e à melhoria do ambiente de negócios, o que deve contribuir para um papel mais ativo da iniciativa privada na composição do tecido econômico.

Sob os termos originais do Pacto Comum de Livre Associação, os EUA forneceram ajuda de US\$1,3 bilhão durante o período de 1986-2001, mas o nível do suporte financeiro foi reduzido desde então. A Emenda ao Pacto Comum garante milhões de dólares em ajuda anual até 2023 e estabelece um “Trust Fund”, para o qual os EUA e a Micronésia fazem contribuições anuais, de modo a garantir uma renda anual permanente após 2023. As perspectivas econômicas de médio prazo para o país são frágeis, em vista não apenas da redução da ajuda americana, mas também do lento crescimento do setor privado.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA MICRONÉSIA

1527	Chegada do navegador português Diego da Rocha, primeiro explorador europeu a alcançar o território micronésio.
1885	Papa Leão XXIII reconhece o território como parte da Espanha.
1899	Espanha vende o território micronésio à Alemanha.
1914	As terras micronésias são ocupadas pelo Japão, que as administra sob mandato da Liga das Nações.
1947	Os Estados Unidos passam a administrar a região, como parte do Protetorado das Ilhas do Pacífico.
1979	Estabelecimento oficial do governo dos Estados Federados da Micronésia, com autonomia em relação aos EUA.
1986	Tornam-se uma República independente, com a entrada em vigor do Tratado de Livre Associação com os EUA.
2007	Eleição do presidente Emanuel Mori.
2015	Eleição do presidente Peter M. Christian.
2019	Eleição do presidente David Panuelo.
2020	Referendo para a independência de Chuuk é adiado para 2022

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2010	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Micronésia.
2013	Apresentação de credenciais do embaixador George Ney Fernandes, primeiro embaixador do Brasil para a Micronésia.
2016	Apresentação de credenciais do embaixador Rodrigo de Souza Amaral.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS
(levantamento feito em 2018, com os dados disponíveis à época)

Principais Indicadores Econômicos da Micronésia

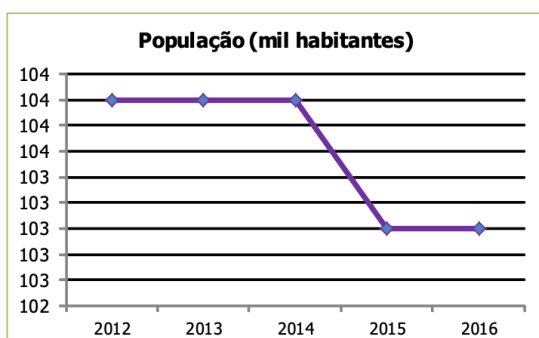
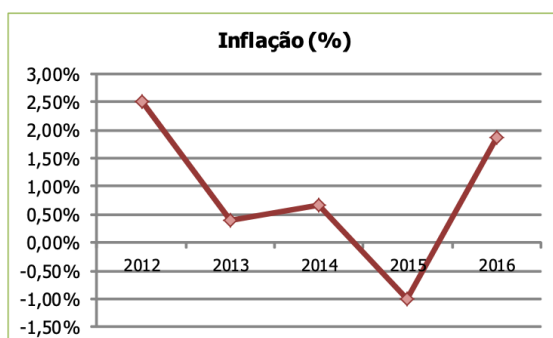
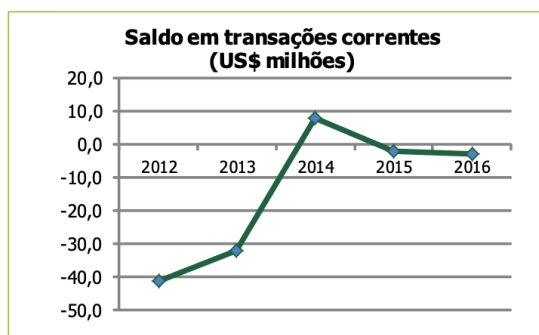
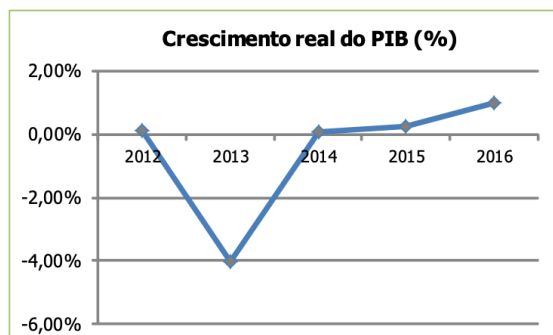
Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	0,11%	-4,01%	0,08%	0,27%	0,97%
PIB nominal (US\$ milhões)	326	315	315	316	319
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.140	3.034	3.041	3.052	3.083
PIB PPP (US\$ milhões)	316	307	312	316	324
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.040	2.965	3.015	3.052	3.129
População (mil habitantes)	104	104	104	103	103
Inflação (%)	2,50%	0,39%	0,67%	-1,00%	1,86%
Saldo em transações correntes (US\$ milhões)	-41,0	-32,0	8,0	-2,0	-3,0

Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	14,0%
Indústria	12,0%
Serviços	74,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2015.

(1) Estimativas FMI.



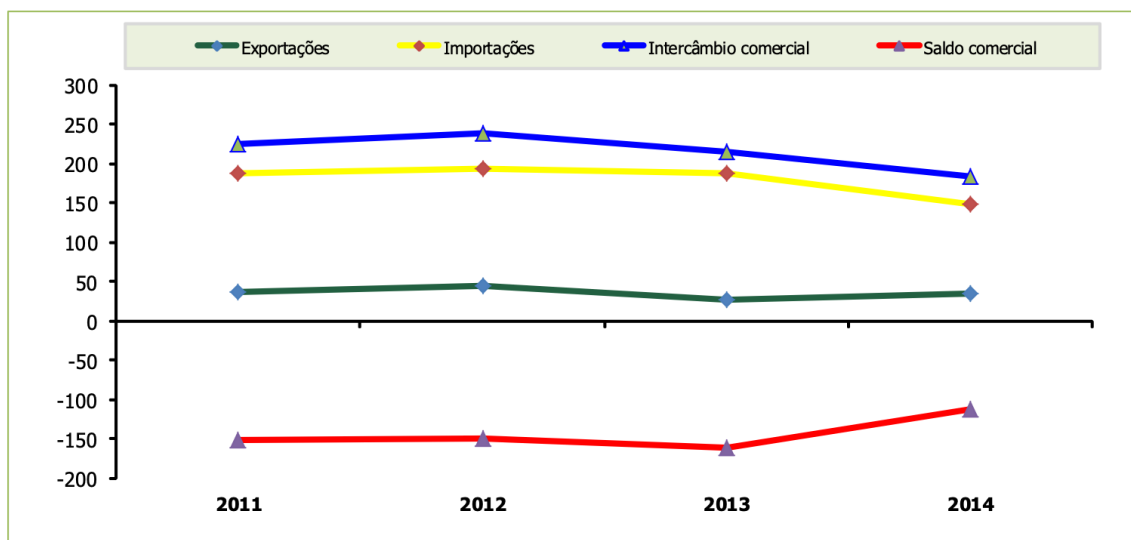
Evolução do Comércio Exterior da Micronésia
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2011	36,7	n.a.	188,1	n.a.	224,8	n.a.	-151,4
2012	45,1	22,9%	193,6	3,0%	238,7	6,2%	-148,6
2013	27,6	-38,7%	187,7	-3,1%	215,3	-9,8%	-160,1
2014	35,9	29,8%	148,6	-20,8%	184,4	-14,3%	-112,7
Var. % 2011-2014	-2,3%	---	-21,0%	---	-18,0%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(n.a.) Não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



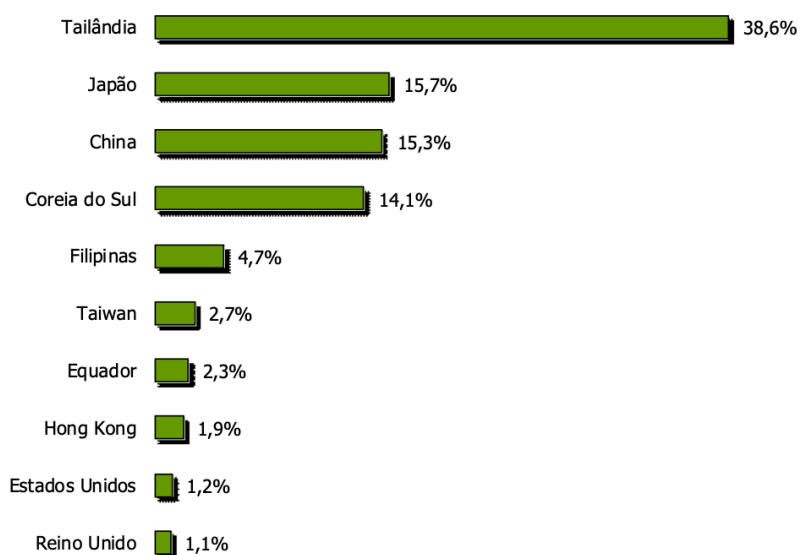
Direção das Exportações da Micronésia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Tailândia	13.832	38,6%
Japão	5.646	15,7%
China	5.487	15,3%
Coreia do Sul	5.047	14,1%
Filipinas	1.670	4,7%
Taiwan	966	2,7%
Equador	821	2,3%
Hong Kong	691	1,9%
Estados Unidos	428	1,2%
Reino Unido	388	1,1%
...		
Brasil (23ª posição)	7,0	0,0%
Subtotal	34.983	97,6%
Outros países	871	2,4%
Total	35.854	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



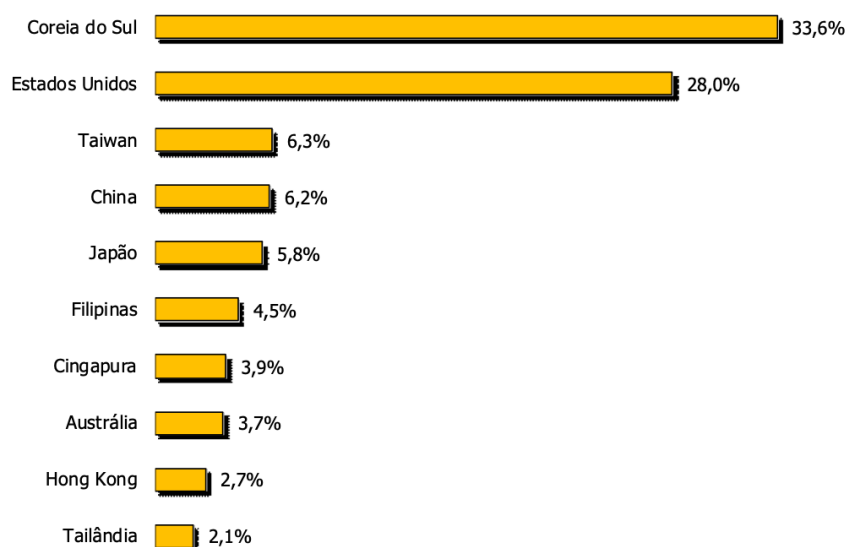
Origem das Importações da Micronésia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Coreia do Sul	49.974	33,6%
Estados Unidos	41.561	28,0%
Taiwan	9.420	6,3%
China	9.244	6,2%
Japão	8.631	5,8%
Filipinas	6.722	4,5%
Cingapura	5.731	3,9%
Austrália	5.489	3,7%
Hong Kong	4.084	2,7%
Tailândia	3.112	2,1%
...		
Brasil (20ª posição)	78,0	0,1%
Subtotal	144.046	97,0%
Outros países	4.521	3,0%
Total	148.567	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



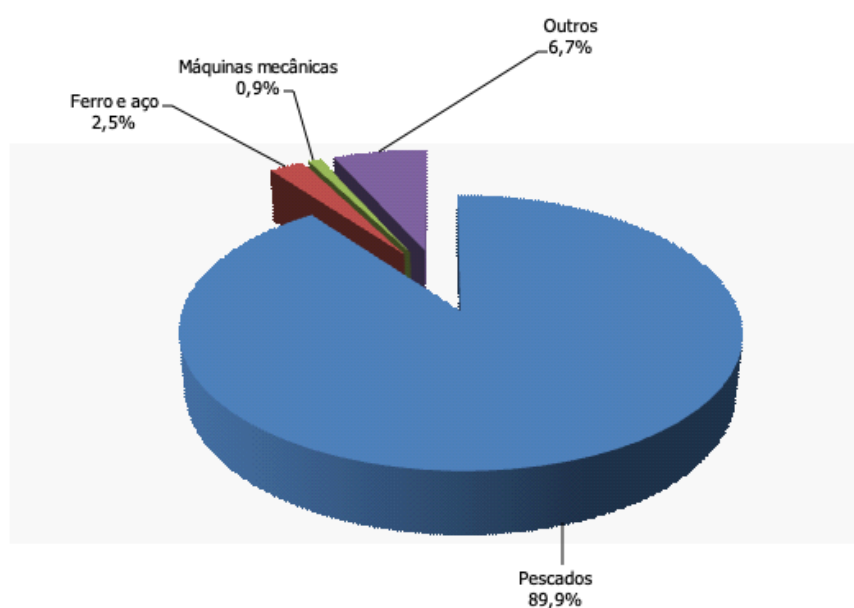
Composição das exportações da Micronésia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Pescados	32.231	89,9%
Ferro e aço	897	2,5%
Máquinas mecânicas	321	0,9%
Subtotal	33.449	93,3%
Outros	2.405	6,7%
Total	35.854	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



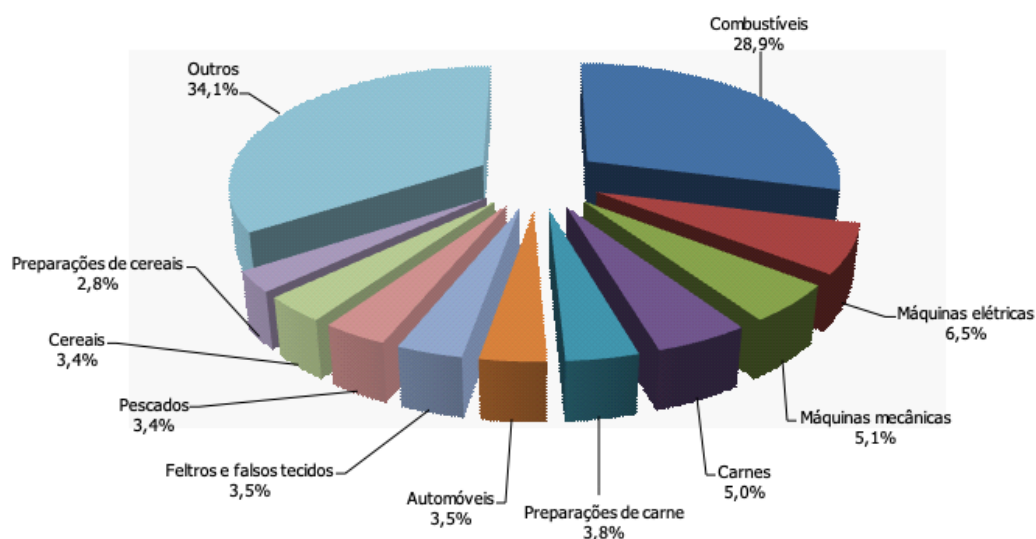
Composição das importações da Micronésia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	42.965	28,9%
Máquinas elétricas	9.672	6,5%
Máquinas mecânicas	7.508	5,1%
Carnes	7.382	5,0%
Preparações de carne	5.687	3,8%
Automóveis	5.187	3,5%
Feltros e falsos tecidos	5.155	3,5%
Pescados	5.117	3,4%
Cereais	5.070	3,4%
Preparações de cereais	4.095	2,8%
Subtotal	97.838	65,9%
Outros	50.729	34,1%
Total	148.567	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Micronésia
US\$ mil, fob

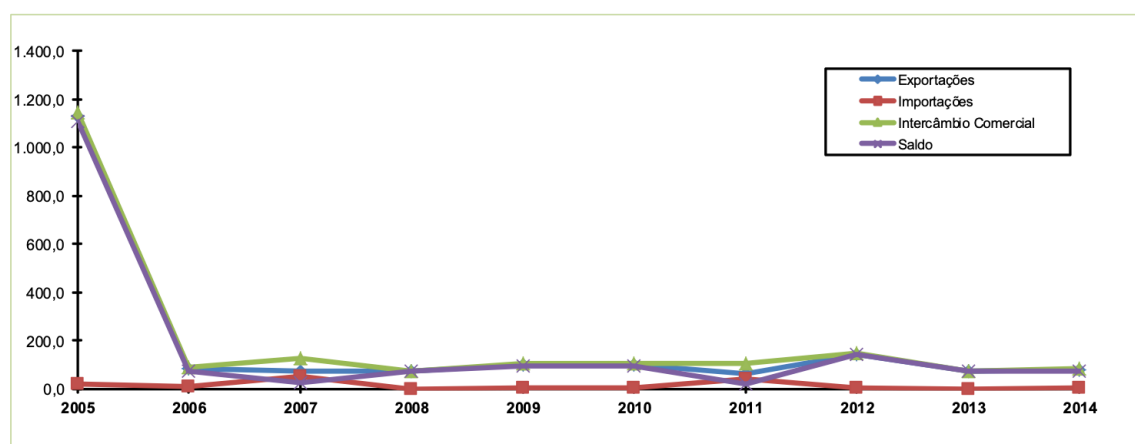
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.127,5	314,0%	0,00%	19,0	(+)	0,00%	1.146,6	321,0%	0,00%	1.108,5
2006	82,5	-92,7%	0,00%	9,9	-48,2%	0,00%	92,4	-91,9%	0,00%	72,7
2007	75,4	-8,6%	0,00%	52,0	427,5%	0,00%	127,5	37,9%	0,00%	23,4
2008	73,8	-2,1%	0,00%	0,1	-99,7%	0,00%	74,0	-42,0%	0,00%	73,7
2009	99,4	34,6%	0,00%	4,6	(+)	0,00%	104,0	40,6%	0,00%	94,8
2010	102,8	3,4%	0,00%	5,6	21,0%	0,00%	108,3	4,2%	0,00%	97,2
2011	63,1	-38,5%	0,00%	43,4	678,4%	0,00%	106,5	-1,7%	0,00%	19,8
2012	145,3	130,0%	0,00%	2,5	-94,2%	0,00%	147,8	38,7%	0,00%	142,8
2013	72,9	-49,8%	0,00%	0,7	-71,8%	0,00%	73,6	-50,2%	0,00%	72,2
2014	78,0	7,1%	0,00%	6,8	855,4%	0,00%	84,8	15,2%	0,00%	71,2
2015 (jan-abr)	125,4	n.a.	0,00%	0,1	n.a.	0,00%	125,4	n.a.	0,00%	125,3
Var. % 2005-2014	-93,1%	---	---	-64,4%	---	---	-92,6%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

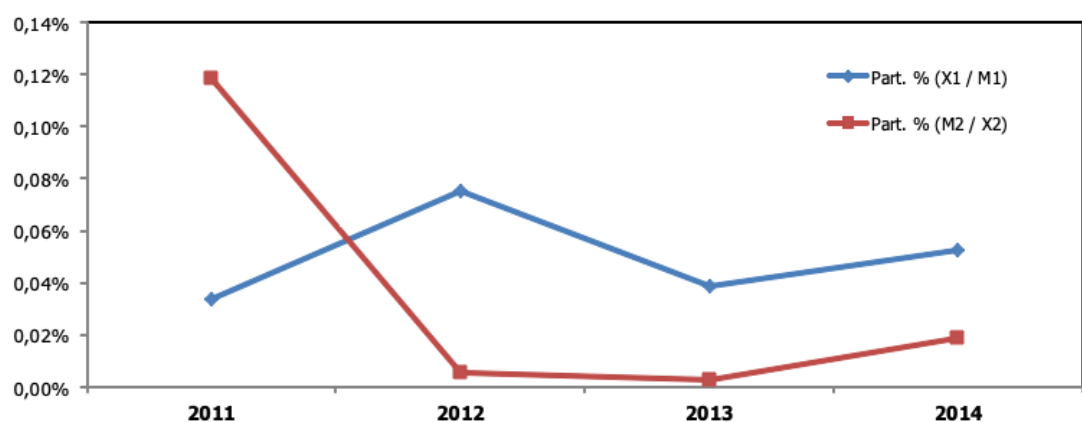
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Micronésia⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	Var. % 2011/2014
Exportações do Brasil para a Micronésia (X1)	0,063	0,145	0,073	0,078	23,5%
Importações totais da Micronésia (M1)	188,1	193,6	187,7	148,6	-21,0%
Part. % (X1 / M1)	0,03%	0,08%	0,04%	0,05%	56,4%
Importações do Brasil originárias da Micronésia (M2)	0,043	0,003	0,001	0,007	-84,4%
Exportações totais da Micronésia (X2)	36,7	45,1	27,6	35,9	-2,3%
Part. % (M2 / X2)	0,12%	0,01%	0,00%	0,02%	-84,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Maio de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



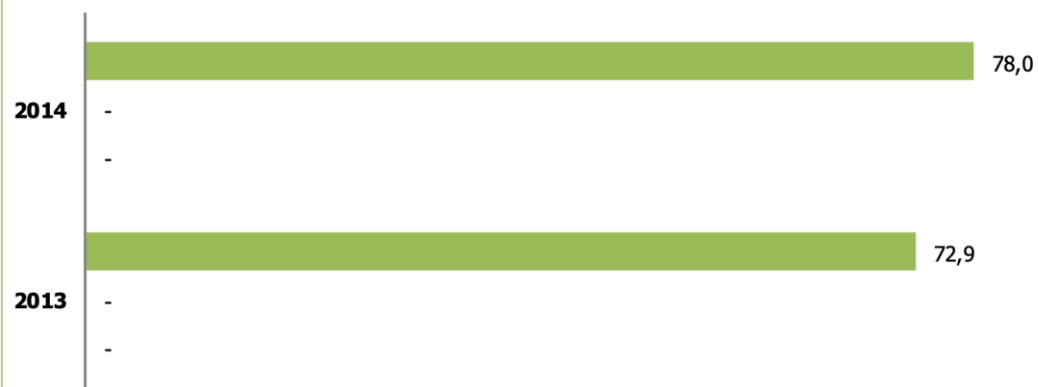
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ mil

Comparativo 2014 com 2013

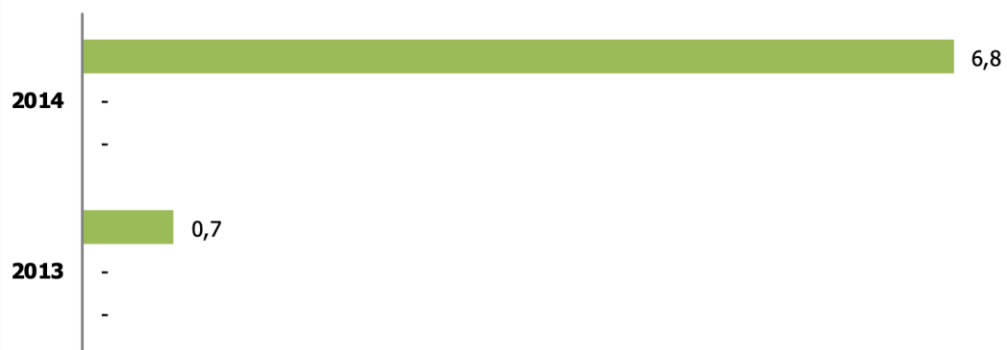
Exportações brasileiras

■ Manufaturados ■ Semimanufaturados ■ Básicos



Importações brasileiras

■ Manufaturados ■ Semimanufaturados ■ Básicos



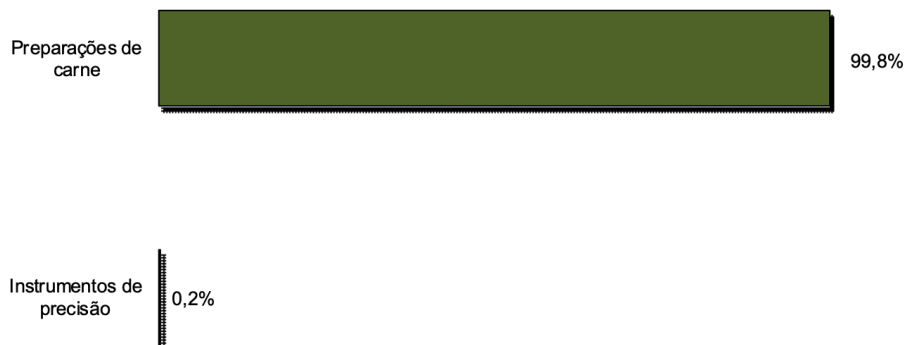
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Micronésia
US\$, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carne	145.269	100,0%	72.860	100,0%	77.833	99,8%
Instrumentos de precisão	0	0,0%	0	0,0%	173	0,2%
Subtotal	145.269	100,0%	72.860	100,0%	78.006	100,0%
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	145.269	100,0%	72.860	100,0%	78.006	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

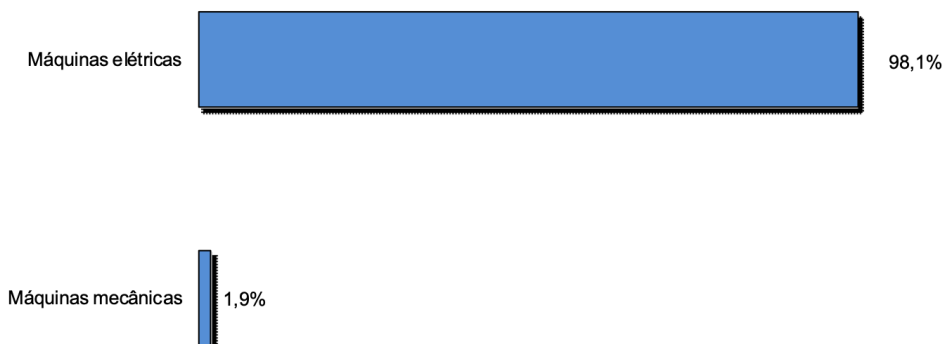


Composição das importações brasileiras originárias da Micronésia
US\$, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	579	23,0%	709	100,0%	6.647	98,1%
Máquinas mecânicas	1.937	77,0%	0	0,0%	127	1,9%
Subtotal	2.516	100,0%	709	100,0%	6.774	100,0%
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	2.516	100,0%	709	100,0%	6.774	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

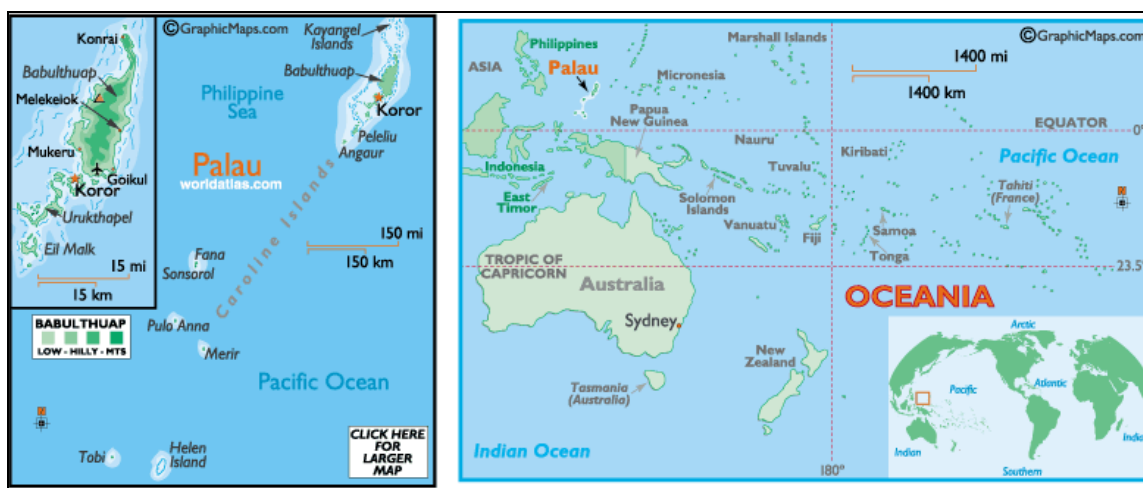
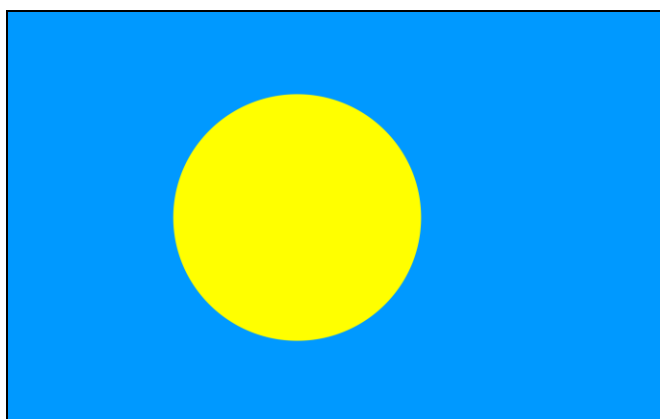
DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Carnes	0	0,0%	87	69,3%	
Alumínio	0	0,0%	39	30,7%	
Subtotal	0	100,0%	125	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	0	100,0%	125	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Ferramentas	0	0,0%	0,061	100,0%	
Subtotal	0	100,0%	0,061	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0,000	0,0%	
Total	0	100,0%	0,061	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PALAU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

(Maio de 2020)

SARP/DEJP/DAP

Sumário

COOPERAÇÃO	7
CSNU	7
Organização Marítima Internacional (IMO)	8
INTERCÂMBIO BILATERAL	8
Relações com a União Europeia.....	12

DADOS BÁSICOS SOBRE PALAU	
NOME OFICIAL:	República de Palau
GENTÍLICO:	palauense, palauano
CAPITAL:	Melekeok
ÁREA:	458km ² (mais de 300 ilhas)
POPULAÇÃO (2017):	21.431 habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS:	inglês e palauano
GRUPOS ÉTNICOS (2015):	Paluanos (73%), Asiáticos (21,7%), Caucasianos (1,2%), outros (2,1%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos (49%), Protestantes (34,9%), Adventistas do Sétimo-Dia (6,9%), Assembléia de Deus (9%), Batista (7%), modekngai (5,7%), Islâmicos (3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Governo constitucional em livre associação com os EUA
PODER LEGISLATIVO:	Congresso Nacional; Parlamento bicameral, composto por 25 membros, eleitos para mandatos de 4 anos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Thomas Remengesau Jr. (reeleito em 2016)
CHANCELER:	Faustina K. Rehuher-Marugg (desde 2017)
PIB NOMINAL (2018):	US\$ 284 milhões
PIB PPP (2018):	US\$ 349 milhões
PIB NOMINAL <i>PER CAPITA</i> (2018):	US\$ 15 859
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2018):	US\$ 19 510
IDH (2014):	0.780
EXPECTATIVA DE VIDA (2017):	73,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	96,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):	1,7%
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar americano

EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros em Palau.

COMÉRCIO BILATERAL - (US\$ milhares F.O.B.) – Fonte: MDIC/Ministério da Economia									
BRASIL → PALAU	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2019
Intercâmbio	6	0,74	77	1,1	0,08	0,215	1,093	2,81	0,2
Exportações	0,3	---	26	0,4	0,08	0	1,093	0,21	0,2
Importações	6	0,74	51	0,7	0,03	0,215	0,1	2,606	0,03
Saldo	-5	-0,74	-25	-0,3	0,05	-0,215	0,93	-2,392	0,2

PERFIS BIOGRÁFICOS

Tommy Remengesau Jr.
Presidente de Palau



Nasceu em 26 de fevereiro de 1956. Formou-se na Grand Valley State University, em Michigan. Graduado em Justiça Criminal, com segunda habilitação em Administração Pública. Seu pai, Tommy Remengesau Sr., também foi presidente do país.

Foi vice-presidente do país de 1993 a 2000. Em 2001, foi eleito presidente. Em 2004, foi reeleito e permaneceu no cargo até 2009. Em 2012, foi eleito para um novo mandato de quatro anos, e assumiu em janeiro de 2013. Em 2016 foi reeleito mais uma vez.

Tommy Remengesau é católico, casado, tem quatro filhos e dois netos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Palau desde 31/01/2005. O Brasil apresentou proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica, ainda sob exame das autoridades de Palau.

No primeiro semestre de 2005, foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico César de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Em 9/6/2011, o ministro de Estado manteve encontro, em Nova York, com o então presidente de Palau, Johnson Toribiong, na companhia do professor José Graziano da Silva, então candidato à direção da FAO.

O presidente de Palau afirmou, na ocasião, que seu país atribui considerável importância à "blue economy"; em particular, aos recursos pesqueiros e ao impacto de frotas pesqueiras estrangeiras nas águas territoriais de seu país. Referiu-se ao fato de Palau ser o primeiro país a constituir um "santuário de tubarões" com o objetivo de proteger a espécie.

Naquela ocasião, o ministro de Estado lembrou ao presidente Toribiong os esforços do Brasil no âmbito da Conferência Rio+20; ressaltou o engajamento brasileiro nas questões de segurança alimentar, associando o tema à paz e estabilidade mundiais, posicionamento com o qual concordou o mandatário de Palau. Este mencionou a aliança militar perpétua de seu país com os Estados Unidos - ressaltou, entretanto, ao retomar o tema dos recursos pesqueiros, que o principal desafio de seu país neste setor é o monitoramento do mar territorial contra a pesca predatória.

Em setembro de 2012, o então embaixador George Ney de Sousa Fernandes apresentou suas credenciais ao então presidente de Palau, Johnson Toribiong. A cerimônia, que contou com a participação do vice-presidente, de todo o gabinete e dos dois chefes tribais que compõem a assessoria especial do presidente, foi precedida de conversa de meia hora com o secretário de Estado Victor Yano, que expressou sobretudo o interesse de seu governo em conhecer a experiência brasileira de votação eletrônica e o desenvolvimento da pecuária bovina no Brasil. O presidente Toribiong ressaltou o interesse com que via as medidas de proteção ao meio ambiente no Brasil e a possibilidade de ampliação dos laços culturais.

Em novembro de 2018, a Embaixada em Manila realizou gestões junto à representação palauense, com vistas à obtenção de apoio para a candidatura brasileira ao Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), categoria “B”, mandato 2020-21, e para o Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-23. Diplomata palauano afirmou haver “total disposição” de renovar seu apoio ao Brasil para as duas candidaturas. Afirmou, ainda, que, como a sede da chancelaria do país é muito pequena, a chancelaria geralmente acolhe as recomendações dos postos sobre candidaturas.

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

COOPERAÇÃO

Palau, assim como Samoa, foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil a partir do esforço de aproximação com os países do Pacífico, iniciado em outubro de 2004. Já foram identificadas possibilidades de cooperação técnica nos setores de açúcar, café, cacau, futebol, carne bovina, HIV/AIDS, meio ambiente e aquicultura.

Ainda encontra-se em negociação proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Ilhas Fiji, Vanuatu, Samoa e Palau, cujos textos foram aprovados por todas as áreas competentes da SERE e transmitidos a Camberra e Manila, com o objetivo de serem entregues aos representantes daqueles governos para análise.

Não existem **empréstimos e financiamentos oficiais** do Brasil a Palau.

CSNU

Palau co-patrocinou o projeto de resolução apresentado pelo G-4 na 59ª AGNU sobre a reforma do Conselho de Segurança (A/59/L.64). Renovou o copatrocínio ao projeto apresentado por Brasil, Alemanha e Índia na 60ª AGNU em janeiro de 2006 (A/60/L.46).

Por ocasião da visita do emissário do presidente, em 2005, Palau expressou o apoio do país à candidatura brasileira a assento permanente no CSNU.

No Debate Geral da 63ª AGNU (2008), o vice-presidente Elias Camsek Chin reiterou apoio ao projeto do G-4 e afirmou que Japão e Índia deveriam ter assento permanente no CSNU ampliado.

Organização Marítima Internacional (IMO)

Em novembro de 2019, por nota verbal, a Representação Permanente de Palau em Manila confirmou à Embaixada brasileira nas Filipinas apoio à candidatura brasileira ao Conselho da IMO (categoria B), nas eleições que se realizaram durante a 31ª sessão da Assembleia da IMO, entre 25/11 e 5/12/2019.

INTERCÂMBIO BILATERAL

O comércio exterior entre Brasil e Palau ainda é pouco significativo. Em 2019, a corrente comercial ficou em torno de US\$ 230 mil, sendo que US\$ 200 mil referentes a exportações brasileiras (99,8% delas referentes a óleos combustíveis e minerais betuminosos. As importações brasileiras de Palau, cerca de US\$ 30 mil em 2019, foram basicamente de equipamentos de telecomunicações (96% das importações totais).

POLÍTICA INTERNA

Em 1945, depois de ter sido ocupada por Espanha, Alemanha e Japão, Palau passou a fazer parte do “UN Trust Territory of the Pacific”, sob administração dos EUA. Palau tornou-se independente somente em 1994, ao ratificar o Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos. Conforme o tratado, cuja duração é de 50 anos, os EUA são encarregados de garantir a defesa e a segurança do arquipélago, além de prover-lhe substanciais financiamentos.

Conforme a Constituição palauana, o regime de governo é presidencialista, sendo o presidente da República eleito pelo voto direto, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleito por uma vez. O Congresso Nacional é bicameral, composto por 25 membros eleitos diretamente – 9 no Senado e 16 na House of Delegates –, cujos mandatos também são de quatro anos. O então presidente Johnson Toribiong, que tomou posse em janeiro de 2009, é advogado de formação e foi embaixador de seu país em Taiwan.

A população de Palau reduziu-se a pouco mais de 4.000 pessoas após a Segunda Guerra Mundial, de um total de 50.000 pessoas nas primeiras décadas do século XX. Atualmente, a população do país é de cerca de 20.000 pessoas.

Palau é constituída por um arquipélago com dezenas de ilhas, 10 das quais inabitadas.

Em dezembro de 2012, devido aos estragos causados pelo furacão “Bopha”, o governo de Palau avisou, por nota, que foi declarado estado de emergência em todo o arquipélago. O próprio Palácio do Governo, que também é utilizado por todos os Ministérios em Koror, está sendo usado para abrigar os cidadãos que tiveram suas casas destruídas pelo furacão.

Em novembro de 2016, a Comissão para as Eleições da República de Palau proclamou a reeleição de Tommy Esang Remengesau Jr. para a Presidência do país. Remengesau também governou o país por dois mandatos consecutivos entre 2001 a 2009, de modo que assume pela quarta vez.

As próximas eleições gerais do país estão previstas para 3 de novembro de 2020. Remengesau anunciou que não será candidato à reeleição.

Direitos humanos

Na revisão periódica universal do CDH de 2016, Palau foi elogiado por descriminalizar práticas sexuais consentidas entre pessoas do mesmo sexo e por tipificar penalmente o estupro cometido no âmbito do casamento. Com relação às

recomendações, o governo de Palau foi instado a implementar medidas práticas para garantir a efetiva aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança. Recomendou-se, ademais, fortalecer o combate à violência doméstica e ao tráfico de mulheres e de crianças.

Pandemia de COVID-19

Por motivo da corrente pandemia de COVID-19, todas as viagens aéreas comerciais ao país estão suspensas desde 26 de março de 2020. O transporte marítimo também está suspenso. O serviço de correio aéreo e carga continua operante com frequência semanal, por meio de serviços fretados.

Medidas de distanciamento social foram adotadas a partir de 18 de março, com estimativa de duração até 31 de maio. Reuniões com mais de 50 pessoas estão proibidas. Aulas estão suspensas e centros comunitários para idosos estão fechados por período indeterminado. Atividades e competições esportivas foram adiadas indefinidamente. Há recomendação de uso de máscara facial.

Até abril de 2020, não havia confirmação de paciente com COVID-19 em Palau.

POLÍTICA EXTERNA

Os EUA são o principal parceiro externo de Palau. É prioridade do governo palauano sustentar os fluxos de financiamento que vêm dos norte-americanos. Além de manter importantes relações com parceiros como Austrália, Nova Zelândia e Filipinas, o governo de Palau tem buscado estreitar laços com outros países asiáticos, particularmente com o Japão. Em janeiro de 2000, o governo palauano reconheceu formalmente Taiwan, garantindo a contribuição deste para o aumento do investimento e do turismo em Palau. Atualmente, Taipei tem forte presença econômica no arquipélago. EUA, Filipinas e Japão mantêm representações diplomáticas em Melekeoke.

Palau passou a integrar a ONU em dezembro de 1994. Mantém relações diplomáticas com 40 países e conta com missões em Washington, Japão, Taipei e Filipinas, além da Missão Permanente junto às Nações Unidas. As melhores conexões aéreas do país ligam a capital a Tóquio e a Manila.

Tornou-se membro do Fórum do Pacífico Sul, em 1995, logo após a sua independência. É parte também do “*Pacific Agreement on Closer Economic Relations*” (PACER), que inclui Austrália e Nova Zelândia. Esse acordo prevê a futura criação de uma área de livre comércio entre os 14 países do Fórum das Ilhas do Pacífico, chamado “*Pacific Island Countries Trade Agreement*” (PICTA), sem a Austrália e a Nova Zelândia.

Palau foi admitido no FMI em 1998. Os principais doadores são os EUA, Japão e Taiwan. O país também é membro do Banco de Desenvolvimento Asiático, bem como da UNESCO, da FAO, do FMI, do Banco Mundial e de várias organizações regionais.

O arquipélago está em negociações de delimitação marítima com as Filipinas e a Indonésia.

Na 68.^a AGNU, em setembro de 2013, o presidente de Palau recorreu a histórico sobre as discussões internacionais sobre o meio ambiente. Salientando as promessas da Rio-92, demonstrou sua frustração com os resultados alcançados desde então. Aduziu que o mundo estaria próximo de cenário apocalíptico, um verdadeiro “*global warming doomsday*”. Somente acordo político transversal poderia evitar a materialização desse cenário.

Entre 29 de julho e 1.º de agosto de 2014, Palau sediou o 45.º Fórum das Ilhas do Pacífico. Durante o encontro, os líderes da região elegeram Dame Meg Taylor de Papua Nova Guiné para chefiar o Secretariado da organização, destacaram

a importância do desenvolvimento sustentável e da preservação dos recursos naturais do oceano Pacífico e determinaram a elaboração de recomendação sobre o status de Fiji no organismo, após a realização de eleições no país.

Durante a 69.^a AGNU, em setembro de 2014, o presidente de Palau, Tommy Remengesau, centrou sua intervenção em questões relacionadas a oceanos. Afirmou que o Oceano Pacífico está sofrendo diversas ameaças simultâneas, que ameaçam o modo de vida de toda a região. A mudança do clima e o decorrente aumento no nível das águas, além da crescente poluição, que vem causando a formação de gigantescas ilhas de lixo flutuantes, justificariam a criação de normas internacionais que estabeleçam áreas de proteção ambiental mesmo fora de jurisdições nacionais.

Remengesau declarou apoio à elaboração de um objetivo específico sobre oceanos no conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e lembrou que os ODS devem terminar o trabalho dos ODM, mantendo foco na erradicação da pobreza. Terminou o discurso afirmando que permitir que a temperatura global aumente em 3,6 graus Celsius é absolutamente inaceitável e que, em vista disso, seria melhor que “deixássemos de ter filhos desde agora, pois não há futuro nesse cenário”.

Em outubro de 2014, Palau absteve-se em votação na AGNU quanto à necessidade de fim do embargo americano a Cuba. Além de Palau, apenas Micronésia e Ilhas Marshall se abstiveram.

Na AGNU 2016, o representante permanente de Palau, embaixador Caleb Otto, congratulou o Brasil e os organizadores das Olimpíadas 2016, no Rio de Janeiro, pela iniciativa de admitir, pela primeira vez, uma delegação de esportistas composta, exclusivamente, por refugiados, o “*Team Refugee*”. Em seguida, tratou dos seguintes temas: doenças antimicrobianas, desarmamento nuclear, mudança do clima e seus impactos para as ilhas do Pacífico. A intervenção do embaixador Otto centrou-se, principalmente, nas potenciais consequências securitárias da mudança do clima para países vulneráveis. Observou que seu país ratificou o Acordo de Paris e tomou medidas para mitigar os efeitos da mudança do clima. Recordou as palavras do secretário-geral Ban Ki-moon, segundo as quais “nós seríamos a primeira geração que poderia acabar com a pobreza; e a última, com a mudança do clima”. Sublinhou, por fim, o pilar ambiental dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Relações com a União Europeia

Em outubro de 1999, Palau propôs o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Europeia. Após conseguir o status de membro observador

às negociações pós-Lomé, o país tornou-se signatário do Acordo de Parceria ACP-EU e ratificou a Convenção em 16 de agosto de 2001.

Palau juntou-se à ACP (Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico) em 2000, quando se tornou signatário do Acordo de Cotonou. Com a décima alocação do Fundo de Desenvolvimento Europeu (2008-2013), o país recebeu 2,5 milhões de euros, que deveriam ser utilizados em projetos com foco no desenvolvimento de energia renovável nos setores de água e energia, bem como em assistência técnica e cooperação para auxiliar projetos relacionados.

Relações com China/Taiwan

Entre 28 a 30 de dezembro de 2019, o presidente de Palau, Tommy Remengesau Jr., recebeu em Melekeok o "vice-presidente" taiwanês Chen Chien-jen, no âmbito das celebrações de 20 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Palau e Taiwan.

Não se tratou da única visita de alta autoridade taiwanesa à República de Palau no ano de 2019. Em março, a “presidente” Tsai Ing-wen, em giro pelos países da Oceania com os quais Taipé mantém relações diplomáticas, teve como primeira parada Melekeok. Em julho, o "ministro dos Negócios Estrangeiros" Joseph Wu compareceu ao funeral do ex-presidente palauano Tommy Remengesau Sr, pai do atual Presidente, de mesmo nome. Em outubro, o titular do *Council of Indigenous Peoples* de Taiwan, com status “ministerial”, Icyang Parod esteve nas celebrações dos 25 anos da independência de Palau.

A República de Palau tem sido um dos mais importantes aliados de Taiwan nessas duas décadas de relações diplomáticas, seja defendendo a efetiva participação de Taipé em agências especializadas e acordos da ONU, seja resistindo às constantes pressões da RPC para aliar-se a Pequim.

O terreno mais frutífero de contato entre Taiwan e Palau é o campo da cooperação técnica. Sendo Palau um país insular e altamente dependente de importações para suas necessidades mais básicas, o desenvolvimento de mecanismos internos que diminuam tal fragilidade é premente. Nos últimos anos, devido ao impacto do aquecimento global, do aumento do preço do petróleo e do alto preço dos alimentos, a segurança alimentar tornou-se uma das questões mais importantes para o governo do país. Soma-se a isso o aumento da desnutrição, obesidade generalizada, doenças cardiovasculares e renais, diabetes e câncer entre a população palauana.

Nesse sentido, projetos formosinos, em andamento, nas áreas de horticultura, visando ao crescimento de 10% na produção de frutas e vegetais de

Palau, bem como de capacitação e intercâmbio médico, são muito celebrados pelo governo e população locais. Não é de se esquecer, igualmente, da cooperação na cultura, educação, infraestrutura para sistema de distribuição de água, segurança marítima, pesca e na luta contra o tráfico humano.

No caso do turismo, mais importante atividade econômica em Palau, tem havido maciça promoção de destinos palauanos em Taiwan, contando com o auxílio de pequenas e médias agências de viagem e companhias aéreas. Houve assinatura de acordo de isenção de visto de visita por até 90 dias e incremento de voos de Taiwan para Palau (China Airlines, 4 vezes por semana; Eva Air, 2 voos semanais; Palau Asia Pacific Air, 3 dias por quinzena). A iniciativa deve-se, em grande parte, à proibição da RPC, no final de 2017, de que grupos chineses realizem excursões ao arquipélago do Pacífico, de maneira a pressionar o país a aliar-se a Pequim. *“Friendship is earned, not forced”*, teria dito o presidente Tommy Remengesau Jr. ao resistir às supostas intimidações, apesar da queda vertiginosa do número de turistas chineses.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Palau tem um dos maiores padrões de vida entre os países insulares do Pacífico. A renda *per capita* de sua população supera em até 50% a dos filipinos e a de outros povos da Micronésia. O PIB do país vinha crescendo em média 5% a.a. até 2008, quando a crise mundial fez o índice desacelerar para 2%.

A principal atividade econômica do arquipélago é o turismo, que emprega 50% dos palauanos, seguida pelo setor pesqueiro. O estado também desempenha importante papel na economia, empregando cerca de 15% dos habitantes. Um dos principais desafios do governo de Palau é garantir, no longo prazo, a viabilidade de sua economia, por meio da redução da dependência da assistência financeira externa.

Entre os produtos de exportação palauanos mais importantes estão os mariscos, o atum, a copra (semente oleaginosa de uma espécie de coco) e têxteis. Na pauta de importação do país, destacam-se bens de capital, combustíveis, metais e produtos alimentícios. Seus principais parceiros comerciais são EUA, Japão, Taiwan, Filipinas, Austrália e Nova Zelândia.